



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE DIREITO

MESTRADO EM COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

**MUDANÇA DE PARADIGMA DA AJUDA EXTERNA AO ORÇAMENTO DO ESTADO  
EM MOCAMBIQUE (2010 – 2017)**

Isabel Maria Carlos Nampava

Supervisor : Prof. Doutor Luca Bussoti

Maputo, Setembro, 2018



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE  
FACULDADE DE DIREITO  
MESTRADO EM COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

MUDANÇA DE PARADIGMA DA AJUDA EXTERNA AO ORÇAMENTO DO ESTADO  
EM MOCAMBIQUE (2010 – 2017)

Dissertação a ser apresentado na Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane, como parte de requisito necessário para obtenção de grau de Mestre em Cooperação para o Desenvolvimento.

Professora: Prof. Doutor Luca Bussoti

**Isabel Maria Carlos Nampava**

<b>O JÚRI</b>			<b>Data</b>
<b>Presidente:</b>	<b>Supervisor</b>	<b>Oponente</b>	
.....	.....	.....	...../...../2018

**Declaração da Autora**

Declaro por minha honra que esta dissertação nunca foi apresentada para obtenção de qualquer grau ou num outro âmbito e que ele constitui o resultado do meu trabalho individual. Esta dissertação é apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção de grau de Mestre em Cooperação para o Desenvolvimento pela Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane.

**A Autora**

.....

**Isabel Maria Carlos Nampava**

*Dedico este trabalho de conclusão de Mestrado do curso de Cooperação para o Desenvolvimento aos meus filhos, esposo e familiares que de muitas formas me incentivaram e ajudaram a tornar possível a concretização do mesmo.*

## AGRADECIMENTOS

*Ao altíssimo pela iluminação, sem o qual nada disto seria possível. Ao Ministério da Economia e Finanças (MEF), pela confiança que depositaram em mim ao investirem e me atribuírem a bolsa de estudos que materializou este empreendimento.*

*À Universidade Eduardo Mondlane (UEM) por me oferecer a oportunidade e o privilégio de realizar um sonho. Aos meus pais, Carlos Francisco Nampava e Marieta Justa João (in memoriam), que onde quer que esteja, nunca deixara de ser a minha pequena luz, a quem consigno o meu amor eterno. Até porque, muitas vezes, renunciaram os seus próprios sonhos para que eu pudesse realizar os meus, compartilho a alegria deste momento.*

*À minha família toda, que soube me acompanhar, incentivando-me e apoiando-me em todo o percurso desta formação. O meu agradecimento especial.*

*Aos meus filhos Stiven, Ivan e Nicya, pelo apoio, atenção e compreensão nos momentos em que não estive presente. Ao meu Esposo, Zulficar Buraimo, por compreender a importância desta conquista, que agora encontra o seu ponto de culminação, ao me ajudar a ultrapassar as dificuldades que iam surgindo. O meu agradecimento afectuoso.*

*Ao meu orientador, Prof. Doutor Luca Bussoti, pela atenção, paciência, empenho e exigência, o meu muito obrigado por todo o apoio prestado. Aos professores Ricardo Tatarcior, Dimande, Neves, Henriques Henriques, Emília Machaeia pela paciência e apoio incondicional durante o percurso da minha formação.*

*Aos meus amigos, por terem vivido comigo os momentos menos felizes e os de maior euforia, acompanhando, de perto, as peripécias. Tudo isso demonstrando o amor e a amizade que me devotam. Para estes não encontro uma expressão que se equivala ao meu profundo amor, por todos estes anos de convívio e de calor humano, dos quais agradeço profundamente.*

*Aos amigos e colegas de turma, Fátima, Caitano, Arsénio, Bruno Mica, Egildo, Paulo Risco e Renato pelas óptimas histórias vividas e longas conversas de corredor na faculdade de Direito da UEM, e pela amizade que tornaram a vida académica muito mais divertida e interessante.*

*À KULIMA por me aceitar como estagiária na sua instituição.*

*Aos colegas da Direcção Nacional de Monitoria e Avaliação - MEF por terem participado numa das melhores fases da minha vida e por terem indirectamente contribuído para a configuração deste trabalho, aos quais fico imensamente grata.*

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

**UEM** - Universidade Eduardo Mondlane

**BCI** - Banco Comercial de Investimento

**OE** - Orçamento do Estado

**BM** - Banco de Moçambique

**END**- Estratégia Nacional de Desenvolvimento

**INE** - Instituto Nacional de Estatística

**FMI**- Fundo Monetário Internacional

**IDE**- Investimento Directo Exterangeiro

**MEF** - Ministério da Economia e Finanças

**SNMA**- Sistema Nacional de Monitoria e Avaliação

**M&A**- Monitoria e Avaliação

**PQG** - Plano Quinquenal do Governo

**PES** - Plano Económico Social

**BdPES** - Balanço do Plano Económico e Social

**GdM** – Governo de Moçambique

**PAPs** - Parceiros de Apoio Programático

**PARPA II** - Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta

**PARP** - Plano de Acção para a Redução da Pobreza

**OCDE** - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

**ADO** - Apoio Directo ao Orçamento

**CUT** - Conta Única do Tesouro

**LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1: Crescimento do PIB.....	18
Gráfico 2: Inflação Acumulada Anual.....	19
Gráfico 3: Taxa de Câmbio média.....	21
Gráfico 4: Reservas Internacionais (Em milhões de USD).....	23
Gráfico 5: Exportações Versos Importações.....	25
Gráfico 6: Total de Recursos do OE no período de 2010 a 2017.....	28
Gráfico 7: Contribuição dos Recursos por Componente.....	30
Gráfico 8: Evolução dos Recursos Internos do OE.....	31
Gráfico 9: Evolução das Receitas Internas do Estado (Valores em milhões mt).....	33
Gráfico 10: Contribuição das Fontes de Recursos Internos do OE.....	37
Gráfico 11: Evolução dos Recursos Externos do OE.....	38
Gráfico 12: Contribuição das Componentes aos Recursos Externos.....	39
Gráfico 13: Peso das Componentes OF e OI nas Despesas do OE.....	44
Gráfico 14: Despesas de Funcionamento (Valores em milhões mt).....	46

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Evolução dos Principais Componentes do OE (Valores em milhões mt).....	27
Quadro 2: Composição da Despesa do OE (Valores em milhões mt).....	43

## **Resumo**

O presente trabalho tem como tema a “Mudança de Paradigma da Ajuda Externa ao Orçamento do Estado em Moçambique (2010 – 2017)”. O desenvolvimento deste trabalho é relevante, pois permitiu entender as relações de cooperação económica e social em Moçambique e suas mudanças e implicações para a estrutura da Ajuda Externa ao Orçamento do Estado. Daí o presente trabalho ter como objectivo compreender os cenários da Ajuda Externa ao OE e as suas mudanças em Moçambique. A realização do trabalho baseou-se no método de pesquisa qualitativa, coadjuvado pela técnica de pesquisa bibliográfica, documental, diário do entrevistador, análise de conteúdo e ficha de leitura. Deste modo, a análise e interpretação dos dados mostraram que o paradigma da Ajuda Externa ao OE em Moçambique teve o ano de 2015 como o divisor de águas, uma vez que foi neste ano que veio a conhecimento público o problema das dívidas ocultadas, quebrando a confiança dos parceiros de cooperação, o que levou ao subsequente abrandamento do financiamento ao OE. Com este cenário o governo empreendeu estratégias para manter a estabilidade macroeconómica através da correcção dos desequilíbrios fiscais, racionalizando a despesa pública, incrementando o alargamento da base tributária para a redução da dependência externa, acções de monitoria e avaliação, auditoria e fiscalização. O trabalho comporta quatro capítulos: o capítulo I apresenta a introdução, a contextualização, o problema, a justificativa, os objectivos, as hipóteses, a revisão da literatura e a metodologia; o capítulo II trata sobre o historial da Ajuda Externa em Moçambique, o capítulo III trata sobre o paradigma da ajuda externa ao OE, por fim, a Conclusão e a Bibliografia encerram o presente trabalho.

**Palavras Chaves:** Ajuda Externa, Orçamento do Estado e Dependência

**Abstract**

The subject of the present work is "Paradigm Change of External Assistance to the State Budget in Mozambique (2010 - 2017)". The development of this work is relevant, since it allowed to understand the economic and social cooperation relations in Mozambique and its changes and implications for the structure of External Assistance to the State Budget. Hence the present work aims to understand the scenarios of External Assistance to the State Budget and its changes in Mozambique. The work was based on the method of qualitative research, assisted by bibliographical research method, documentary, and journal of the interviewer, content analysis and reading sheet. Thus, the analysis and interpretation of the data showed that the External Assistance paradigm to State Budget in Mozambique had the year 2015 as the watershed, since it was in this year that the problem of hidden debts came to the public knowledge, which broke the trust with the cooperation partners, and led to the subsequent slowdown in funding to the State Budget. With this scenario, the government has undertaken strategies to maintain macroeconomic stability by correcting fiscal imbalances, rationalizing public spending, increasing the tax base to reduce external dependence, monitor and evaluate actions, audit and oversight. The work consists of four chapters: Chapter I presents the introduction, the contextualization, the problem, the justification, the objectives, the hypotheses, the literature review and the methodology; Chapter II deals with the history of foreign aid in Mozambique, chapter III deals with the paradigm of foreign aid to the State Budget, finally, the Conclusion and the Bibliography conclude the present work.

**Key Words:** Foreign Aid, State Budget and Dependency

## SUMÁRIO

I.	CAPITULO I : INTRODUÇÃO E CONTEXTO DA AJUDA EXTERNA AO OE.....	1
1.1.	Introdução .....	1
1.2.	Contextualização.....	2
1.3.	Problema .....	3
1.4.	Justificativa .....	3
1.5.	Objectivos .....	4
1.5.1.	Geral.....	4
1.5.2.	Específicos .....	4
1.6.	Hipóteses.....	5
1.7.	Revisão Bibliográfica.....	5
1.7.1.	Definição de Conceitos .....	8
1.8.	Metodologia .....	8
1.8.1.	Instrumentos e Técnicas de Recolha de Dados .....	9
1.8.1.2.	Análise e Interpretação de Dados.....	10
2.	CAPITULO II : AJUDA EXTERNA E SUA EVOLUÇÃO .....	11
2.1.	Historial da Ajuda Externa em Moçambique.....	11
2.2.	Princípios e Linhas de Orientação da Política Externa .....	11
2.2.1.	Parceiros de Cooperação.....	14
2.3.	Parceiros de Cooperação, sua Contribuição e Influência nas Políticas Públicas em Moçambique .....	15
2.4.	Evolução dos Indicadores Macroeconómicos de Moçambique .....	17
2.4.1.	Evolução do PIB .....	17
2.4.2.	Evolução da Inflação.....	18
2.4.3.	Evolução Cambial.....	21
2.4.4.	Evolução das Reservas Internacionais Líquidas .....	22
2.4.5.	Evolução da Balança Comercial .....	24
2.4.5.1.	Evolução das Exportações .....	25
2.4.5.2.	Evolução das Importações .....	26
2.5.	Evolução das Principais Componentes do OE.....	26
3.	CAPITULO III - COMPONENTES DO OE E O PARADIGMA DA AJUDA EXTERNA .....	29
3.1.	Componentes do OE .....	29
3.1.1.	Recursos.....	29
3.1.1.1.	Recursos Internos do OE.....	30

3.1.1.1.1. Recursos Internos do OE Provenientes de Receitas do Estado.....	31
3.1.1.1.2. Recursos Internos do OE Provenientes de Empréstimos .....	36
3.1.1.2. Recursos Externos do OE .....	38
3.1.2. Despesas.....	39
3.1.3. Despesas de Funcionamento .....	45
3.1.4. Despesas de Investimento .....	48
3.1.5. Despesas de Operações Financeiras.....	48
3.2. Mecanismo de Monitoria e Avaliação da Acção Governativa.....	50
3.3. Paradigma da Ajuda Externa ao OE .....	52
3.3.1. Aplicando as Teorias da Dependência .....	52
3.3.2. A Manutenção da Relação de Ajuda Externa .....	52
3.3.3. O Carácter Nacional e Participação de Grupos Domésticos na Actividade Económica.....	53
4. CONCLUSÃO .....	56
5. BIBLIOGRAFIA .....	58

# I. CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO E CONTEXTO DA AJUDA EXTERNA AO OE

## 1.1. Introdução

O presente estudo aborda a questão da “Mudança de Paradigma da Ajuda Externa ao Orçamento do Estado em Moçambique (2010 – 2017)”. O objectivo deste estudo é o de compreender os cenários da ajuda externa ao OE e as suas metamorfoses em Moçambique. Uma vez que, segundo Mandlate (2017), o fluxo de ajuda externa ao Orçamento do Estado sofreu uma redução no período em análise, se afigurando pertinente questionar e procurar perceber quais as dinâmicas que levaram à mudança de paradigma e, face a isto, que respostas o Estado Moçambicano conseguiu elaborar frente a esta?

A elaboração deste trabalho foi operacionalizada a partir da pesquisa bibliográfica e documental, assim como do método qualitativo. O material foi colectado na biblioteca da Universidade Eduardo Mondlane – UEM, Banco Comercial de Investimento – BCI, onde se acessou um conjunto de obras e artigos que se reportam à cooperação económica e à ajuda externa ao OE, bem como de obras de metodologia científica que permitiram estruturar a presente dissertação. Devido as especificidades do tema em pauta, foram utilizados igualmente meios eletrônicos para a sua consumação, ou seja, acessou-se sites oficiais do Banco de Moçambique, do Instituto Nacional de Estatística e do Ministério da Economia e Finanças. Destarte, foi simultaneamente realizada a análise de documentos oficiais de políticas e estratégias nacionais (Agenda 2025, PARPA, Plano Quinquenal do Governo 2015- 2019, Plano Económico Social e Orçamento do Estado PES/OE, Relatório de Execução Orçamental- REO e Balanço do Plano Económico e Social BdPES dos períodos em análise), assim como o Memorando de Entendimento entre o GdM e os Parceiros de Apoio Programático (PAPs), os quais se reportam a concessão de Apoio Directo ao Orçamento e a Acção Governativa.

O presente trabalho está repartido em cinco subunidades: o capítulo I apresenta a introdução, a contextualização, o problema, a justificativa, os objectivos, as hipótese, a revisão da literatura e a metodologia; o capítulo II debruça-se em torno do historial da ajuda externa em Moçambique, parceiros de cooperação, sua contribuição e influência nas Políticas Públicas, a evolução dos indicadores macroeconómicos e evolução das principais componentes do OE em Moçambique; o capítulo III ocupa-se com os componentes do OE e o paradigma da ajuda externa ao Orçamento do Estado, o mecanismo de monitoria e avaliação da acção governativa, manutenção da relação da ajuda externa e o carácter nacional e participação de grupos

domésticos na actividade económica; sendo a conclusão e a bibliografia os duas últimas subunidades que encerram este trabalho.

## **1.2. Contextualização**

Moçambique após a independência em 1975, devido a fuga de quadros e a política económico centralmente planificada (1975 – 1986), a guerra civil e a subsequente desestruturação do tecido económico, foi fragilizado, encarecendo a sua condição de economia subdesenvolvida, com claros desequilíbrios, onde encontramos uma agricultura e indústria rudimentar, transportes e infra-estruturas deterioradas, cobertura sanitária muito fraca, baixos níveis de produção e a escassez de gestores nacionais qualificados para conduzir a economia rumo ao desenvolvimento. O que forçou Moçambique a optar por estratégias de aceitação de ajuda de outros países para a retoma da economia, ao se abrir à economia de Mercado, a partir de 1987, onde passa a contar com o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), através da assistência e ajuda que estas e outras instituições prestavam por forma a estabilizar e desenvolver o País dentro do modelo de ajustamento estrutural por estes propostos (Mapiisse, 2016). É, neste âmbito, que Moçambique adere a um quadro mais abrangente de relações internacionais, passando a cooperar com vários países e obtendo Ajuda Externa através de transferência de recursos ao Orçamento do Estado, também designada por Ajuda Pública ao desenvolvimento, com o intuito de promover o desenvolvimento do país.

A Ajuda Externa, como se entende, envolve um conjunto de recursos humanos, financeiros e materiais que, sob a forma de donativos ou empréstimos, são transferidos para os países necessitados, directamente pelos organismos estatais do país doador ou, de forma indirecta, através dos vários organismos multilaterais financiados pelos países doadores. (Monteiro, 1997, *apud* Nipassa, 2009: 7)

Não obstante, no período de 2010 a 2017 observou-se um abrandamento do fluxo de Ajuda Externa ao OE que deixou o país numa situação delicada. Tendo-se verificado, segundo Mandlate (2017), que as expectativas nacionais e os objectivos intensificados em torno das condições de mobilização dos fundos no sector público foram alterando ao longo dos últimos anos, devido aos seguintes aspectos: i) conhecimento público sobre a primeira dívida pública externa oculta em 2014, ii) a multiplicação dos casos de dívidas ocultas em 2015, bem como a incapacidade de pagamento das mesmas e iii) a gestão pública pouco transparente, tendo culminado com a suspensão de ajuda externa ao orçamento do Estado.

É nesse âmbito que o presente trabalho aborda a “Mudança de Paradigma da Ajuda Externa ao Orçamento do Estado em Moçambique (2010 – 2017)”, com o intuito de reflectir sobre o actual cenário de ajuda externa ao OE.

### **1.3. Problema**

Moçambique, nesta última década, ao ter registado um abrandamento do fluxo de Ajuda Externa ao OE, sintomaticamente viu aumentar o custo do financiamento público, o que não se explica, como é óbvio, por um registro de crescimento económico e/ou de aumento da fatia de cobrança de impostos, mas sim, como indicam os dados, por um conjunto de dívidas ocultas contraídas e que vieram a conhecimento do público, aumentando a fatia dos encargos do Estado. Se é verdade que a década passada, como assevera Arndt et. al (2006) citado por Nipassa (2009: 6), o país recebeu de Ajuda Externa valores avaliados na ordem de 65.6 US\$ *per capita* por ano, o correspondente a cerca de 40% da renda nacional. Por conseguinte, é fácil aceitar com MASC (2008) citado por Nipassa (2009: 5), que a Ajuda Externa financia cerca de metade do orçamento do Estado. Então, é também razoável aceitar que o abrandamento do fluxo da Ajuda Externa ao OE tem e terá efeitos significativos na estrutura económica e social do país, devido ao facto, segundo Castel-Branco e Ossemame (2010), de a dependência externa ter várias dimensões inter-relacionadas, podendo ser científica, tecnológica e técnica, institucional, política, económica e financeira que, no essencial, provém de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), com tradição de conceder donativos sob forma de ajuda directa e programada ao Orçamento de Estado ou à Balança de Pagamentos.

O facto de ter-se verificado o aumento do custo do financiamento público, ao mesmo tempo, que a parcela de financiamento da economia sem obrigações futuras reduziu, assim como se ter notado que os crescentes encargos mudaram o papel estruturante do sector público na economia (injecção *versus* extracção dos recursos), como sugere Mandlate (2017), tornam este tema pertinente e urgente, ao se procurar inquirir sobre o actual cenário da Ajuda Externa, a partir da questão que abaixo formulamos.

#### **1.3.1. Pergunta de Partida**

Quais as dinâmicas que contribuíram para a mudança de paradigma da Ajuda Externa e, face a estas mudanças, que respostas o Estado moçambicano elaborou para dar cobro a esta?

### **1.4. Justificativa**

O presente trabalho teve como seu móbil o facto de as dívidas ocultas terem instaurado uma crise socioeconómica no país e estas, no quadro da cooperação internacional, terem quebrado a

confiança dos parceiros tradicionais de cooperação, levando a estes a suspenderem o Apoio Directo ao OE que, segundo MEF e BPES, reduziu os recursos externos de 74,502 mil milhões de meticais, em 2014, para 48,429.20 mil milhões e 51,777.70 mil milhões de meticais, em 2015, e em 2016, respectivamente.

Este tema é relevante porque afecta não apenas o tecido socioeconómico nacional mas, sobretudo, a estrutura de cooperação e desenvolvimento, uma vez que as abordagens sobre financiamento externo estão a metamorfosear de financiamento de projectos via OE passando à financiamento directo a projectos específicos. O que permite inquirir sobre a actual estrutura da ajuda externa e o valor dela, nos vários domínios de sua actuação e/ou de seus efeitos.

Se é verdade que necessidades intelectuais mobilizaram a operacionalização deste estudo, não é sem razão o facto de haver motivações empíricas na sua concepção, quais sejam o facto de ser a proponente deste funcionário pública e estar ligada a área de monitoria e avaliação, afinal variáveis importantes e que demandam claras intenções desta. Assim como pelo facto desta ter, durante a frequência do curso de Cooperação para o Desenvolvimento, entrado em contacto com disciplinas que a este tema se reportam, bem como com um estágio referente a monitoria e avaliação de projectos de desenvolvimento, que imprimiu profundas reflexões e inquietações. Por isso, o desenvolvimento deste trabalho pode contribuir para o entendimento das relações de cooperação económica e social de Moçambique com os países parceiros de cooperação, tal como as mudanças e implicações da actual conjuntura de Ajuda Externa ao OE. Contribuindo ainda para a reflexão sobre os processos de implementação dos projectos, em Moçambique, tendo em conta as restrições da Ajuda Externa.

## **1.5. Objectivos**

### **1.5.1. Geral**

- Compreender os cenários da ajuda externa ao OE e suas mudanças em Moçambique.

### **1.5.2. Específicos**

- Analisar as mudanças/medidas que ocorreram e as soluções encontradas pelo Estado Moçambicano, diante do(s) novo(s) cenário(s) da Ajuda Externa ao OE;
- Interpretar o actual cenário de Ajuda Externa, o significado e papel no quadro do desenvolvimento socioeconómico moçambicano;
- Entender o mecanismo de monitoria e avaliação do OE, em Moçambique;

## 1.6. Hipóteses

As dinâmicas que levaram à mudança de paradigma da Ajuda Externa ao OE foram:

- i) Conhecimento público sobre a primeira dívida pública externa oculta em 2014;
- ii) A multiplicação dos casos de dívidas ocultas em 2015, bem como a incapacidade de pagamento das mesmas; e
- iii) A gestão pública pouco transparente.

## 1.7. Revisão Bibliográfica

A presente dissertação tem como base de interpretação a Teoria da Dependência desenvolvida por diversos autores contemporâneos, por um lado, os de visão marxista, como sejam Ruy Mauro Marini (1992), André Gunder Frank (1980), Theotónio dos Santos (2000), Vânia Bambirra, e, por outro lado, os de visão weberiana, como sejam Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto (1979) e Luiza Bizzo Affonso (2016)

O cerne da Teoria da Dependência é que os países "atrasados" surgem da relação do capitalismo mundial de dependência entre países "centrais" e países "periféricos." Os países "centrais" são identificados como os que são o centro da economia, onde ocorrem manifestações do centro científico, e os fluxos financeiros fluem com maior intensidade. Já os países "periféricos" são aqueles onde as manifestações do centro científico e fluxos financeiros fluem com menos facilidade e cresce a relação com os centrais gradativamente. (Marini, 1992: 74).

Cardoso & Faletto (1979), da corrente weberiana, sugerem ser possível o desenvolvimento económico dos países periféricos, sem romper com o mundo externo, desde que este tenha um carácter nacional e envolva a participação de grupos domésticos. Desta forma, com a diminuição gradual das relações de dependência, um desenvolvimento nacional autónomo poderia ser alcançado. Por seu turno, Figueiredo (2011), da corrente marxista, se voltava a interpretação das situações concretas de dependência dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, admitindo uma ruptura dessas relações de subordinação económica com os países mais ricos. O que sugere que, a corrente weberiana, propõe que os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento superem suas desigualdades sociais, sem fazer ruptura com sua situação subordinada e/ou de subordinação em relação aos países mais ricos. Assim, reconhecendo e respeitando esta a superioridade histórica dos países desenvolvidos, apenas admitindo a possibilidade do desenvolvimento dependente e subordinado dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

A grande diferença entre a corrente marxista e a weberiana está no como efectuar a superação do subdesenvolvimento nos países periféricos. Por conseguinte, para os weberianos, a superação da dependência será caracterizada pela inserção dos “interesses externos” no sector de produção do mercado interno, dando assim o salto da dependência e/ou da situação de subdesenvolvimento por meio de um desenvolvimento capitalista associado. Então, a nova interdependência estaria na crescente solidariedade entre os investimentos industriais estrangeiros e a expansão económica do mercado interno que se evidenciaria em uma forte tendência ao reinvestimento de parte dos lucros obtidos pelas empresas transnacionais no mercado interno (Cardoso e Faletto, 1979).

A vertente weberiana considera um comércio internacional de moldes Ricardino, o qual as vantagens comparativas de cada nação garantiriam mútuos benefícios. Enquanto, para os marxistas, a sua interpretação não secundariza a visão emancipatória e programática, que tem como base de conjugação a luta de classes. Embora se ponha ênfase nas dificuldades de afirmação do socialismo na periferia de um sistema mundial capitalista, sugerem que essa relação de subordinação é constituída por estrutura económica definida em função de interesses materiais que possuem padrões de desenvolvimento divergentes em relação ao dos países centrais. Esta vertente de pensamento expressa a subordinação, a ideia de que o desenvolvimento desses países está submetido (ou limitado) pelo desenvolvimento de outros países. Portanto, para estes, a superação do subdesenvolvimento passaria pela ruptura com a dependência e não pela modernização e industrialização da economia.

Segundo Frank (1980), a abordagem de reforma de quase todas as teorias do desenvolvimento esta errada. No seu artigo clássico de 1966, ele escreve que o subdesenvolvimento era e ainda é gerado pelos mesmos processos históricos que também geraram desenvolvimento económico: o próprio desenvolvimento do capitalismo, e não é devido à sobrevivência de instituições arcaicas e à existência de escassez de capital em regiões que permaneceram isoladas do fluxo da história mundial, como é o caso de Moçambique. Nesta visão, o que estava a ser reproduzido juntamente com o desenvolvimento dos estados no centro da economia capitalista mundial era o subdesenvolvimento e sob circunstâncias normais a subordinação permanente daqueles estados na periferia.

Por seu turno, Santos (2000) analisa os países hegemónicos (desenvolvidos) como captadores dos excedentes económicos das nações periféricas (subdesenvolvidas), e verifica que os empresários nacionais descobriram que não poderiam liderar o processo de industrialização, que estava já dominado pelas empresas multinacionais, que não transferiam tecnologia senão sob a forma do investimento directo que as permitia controlar a produção dos países onde

investiam. Segundo este autor, isso foi se intensificando em países da periferia, que estavam na ponta do desenvolvimento e obrigou a uma revisão na perspectiva do pós-guerra, sobretudo, com o ingresso de novas nações independentes. Ainda porque a economia neoclássica pregava que cada economia do mundo se especializasse num tipo de produção para que pudesse obter o máximo de vantagem. Não é por acaso que Marini (1992) interpreta o produto da desigualdade como sendo a necessária subordinação de uma parte à outra. Segundo a sua abordagem teórica, as estruturas produtivas das economias periféricas se organizariam em função do processo de desenvolvimento da acumulação de capital das economias centrais. Essa relação de complementaridade e antagonismo estabelecida entre as economias centrais e periféricas ao longo da história do desenvolvimento do capitalismo é a forma de manifestação da dependência.

Toda via, o impacto das relações de dependência e suas transformações no sistema capitalista mundial, segundo Vânia Bamberga (1971), principalmente aquelas geradas pela hegemonia ocidental e que se observa com o imperialismo pós-1945, que se orienta não apenas para o controlo de matérias-primas e conquista de mercados mas, sobretudo, volta sua atenção para investimentos nos sectores manufactureiros. Portanto, o novo carácter da dependência resulta da penetração sistemática do capital estrangeiro, em especial do capital dos EUA, no sector mais dinâmico das economias. Vai daqui que Affonso (2016), no seu estudo sobre a Ajuda Externa sob a Perspectiva da Teoria da Dependência com enfoque em Moçambique, se refere que a principal justificativa da Ajuda Externa é o desenvolvimento do Estado receptor, que apenas com os recursos domésticos não seria capaz de alcançar esse objectivo. No caso de Moçambique, segundo esta autora, a dependência da ajuda internacional é acentuada pela dificuldade de se obter recursos domesticamente e pelo fato de que qualquer corte orçamental pode afectar áreas cruciais do país, como educação, saúde, transportes, que são financiadas pela Ajuda Externa.

Desse modo, Affonso (2016) observa que a grande relação de dependência entre Moçambique e os Estados Doadores se estabelece por meio da ajuda externa. Estes, por sua vez, possuem o interesse de manter o fluxo de ajuda para o país, pelo fato do Governo de Moçambique acatar com todas as suas prescrições, o que significa que estes mantêm uma influência política, económica e cultural em relação a Moçambique. Affonso (2016), ao aplicar a Teoria da Dependência advogada por Cardoso & Faletto (1979) para o caso de Moçambique, chegou as mesmas constatações que aqueles autores, a de ser possível, *grosso modo*, alcançar o desenvolvimento nacional sem romper com o mundo externo. Assim reforçadas pela ideia de que é do conflito das classes sociais e grupos nacionais “que se dará à expansão ou diminuição da dependência da periferia em relação ao centro” (Duarte & Gracioli, s/d: 4).

Com base na Teoria da Dependência podemos afirmar, mormente os vários constrangimentos que se apresentam aos países de periferia, que é possível o desenvolvimento económico destes países, sem romper com o mundo externo, incorporando a este, simultaneamente, um carácter nacional e envolvendo a participação de grupos domésticos, para, desta forma, diminuir gradualmente as relações de dependência, autonomizando relativamente o desenvolvimento nacional. Afinal os países desenvolvidos e subdesenvolvidos ocupam posições funcionais dentro da economia mundial, que podem facilitar e encurtar os longos estágios que os países periféricos precisariam na escala de evolução de suas nações para atingir o desenvolvimento, pensado modernamente. E é com base nestas abordagens teóricas que a reflexão sobre a mudança de paradigma da Ajuda Externa em Moçambique irá ganhar corpo, frente a um contexto em que o país se vê envolvido num défice orçamental, num entroncamento entre aquele e a necessidade clara de viabilização do Estado e de proporcionar o seu desenvolvimento.

### **1.7.1. Definição de Conceitos**

**Cooperação** – é o acto de que resultado do estabelecimento entre indivíduos, grupos e categorias sociais constituídas uma das formas de acção colectiva que mais despertam mais interesse de estudo na medida em que a própria sociedade é entendida com uma extensa rede de colaboração entre os mais diversos actores sociais”(Howard Becker, 1997)

**Estado** - ou qualquer outra sociedade organizada onde existe uma esfera pública, não importa se total ou parcial, é caracterizado por relações de subordinação entre governantes e governados, entre detentores do poder de comando e destinatários do dever de obediência, que são relações entre desiguais. (Norberto Bobbio, 1985: pag. 15)

**Dependência** - dependência é a de uma situação na qual economias de um grupo de países são condicionadas pelo desenvolvimento e expansão de outras. (Niemeyer Almeida Filho, s/a, pag.3)

## **1.8. Metodologia**

Nesta secção, é apresentado um conjunto de procedimentos metodológicos que tornaram possível a elaboração da presente pesquisa, sem deixar de lado a consideração das fases de recolha e tratamento dos dados. Com efeito, para a efectivação deste estudo, foi utilizado o método qualitativo.

Severino (2000), neste âmbito, afirma que, “a pesquisa do tipo qualitativa permite mergulhar na complexidade dos acontecimentos reais e indaga não apenas o evidente, mas também as

contradições, os conflitos e a resistência a partir da interpretação dos dados no contexto da sua produção”. Este método de pesquisa permitiu a investigação, a descrição e a explicação da realidade actual de mudança do paradigma da Ajuda Externa ao OE, em Moçambique. De acordo com a abordagem da pesquisa, ela é do tipo descritiva que, segundo Gil (2002), permite a “descrição das características de uma determinada população ou fenómeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Esta é reportada, pelo facto, de o presente estudo ter procurado descrever as mudanças/medidas que ocorreram e as soluções encontradas pelo Estado Moçambicano, diante do(s) novo(s) cenário(s) da Ajuda Externa ao OE.

Apesar de este estudo ter sido conduzido mediante uma abordagem qualitativa, esta formulou hipóteses claramente identificadas, tendo procurado analisar o mecanismo de planificação, monitoria e avaliação do OE, em Moçambique, assim como a identificação das áreas em que os investimentos externos são canalizados, sua localização e beneficiários directos, bem como estabelecer a análise das áreas estratégicas para o financiamento externo, que permitam impulsionar o crescimento e desenvolvimento do país.

### **1.8.1. Instrumentos e Técnicas de Recolha de Dados**

Os instrumentos utilizados para a recolha de dados foram: diário do investigador, análise de conteúdo e ficha de leitura.

#### **1.8.1.1. Instrumentos de recolha de dados**

O diário do investigador é uma técnica narrativa muito popular, que serve para recolher observações, reflexões, interpretações, hipóteses e explicações de ocorrências e ajuda o investigador a desenvolver o seu pensamento crítico, a mudar os seus valores e a melhorar a sua prática (Clara Coutinho, 2006). Esta técnica permitiu recolher registos de observações no decurso da pesquisa, ajudando a fazer um levantamento de dados essenciais, ao pretendermos caracterizar o nosso escopo.

A Análise de Conteúdo é um instrumento que permite o investigador estudar o comportamento humano de forma indirecta, através da análise das suas comunicações. Geralmente são analisados os conteúdos escritos de uma comunicação, mas, por exemplo, uma imagem ou um som podem ser foco de uma análise de conteúdo (Fraenkel & Wallen, 2008). Daí se ter lançado mão de um conjunto de documentos, não apenas escritos, tal como gráficos, no processo da análise de conteúdo.

A técnica de ficha de leitura permitiu efectuar um conjunto de procedimentos de recolha de dados atinentes as bibliografias consultadas, através da leitura crítica das mesmas, no processo de análise, síntese, interpretação e organização do trabalho.

A análise documental permitiu recolher informações sobre obras publicadas, relatórios e a base de dados do Banco Mundial, Ministério da Economia e Finanças, Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional FMI e Instituto Nacional de Estatística, da qual se obteve contribuições integradas e relevantes para a fundamentação deste trabalho. Afinal, recolheu-se informações referentes ao PIB, IDE por sector, entre outras, assim como em documentos oficiais de políticas e estratégias nacionais (Agenda 2025, PARPA, Plano Quinquenal do Governo 2014 – 2018 - PQG, Plano Económico Social e Orçamento do Estado - PES/OE e Balanço do Plano Económico e Social - BdPES), Relatório anual do BM, bem como o Memorando de Entendimento entre o GdM e os Parceiros de Apoio Programático (PAPs), que se referem a concessão de Apoio Directo ao Orçamento do Estado.

#### **1.8.1.2. Análise e Interpretação de Dados**

Na secção de análise e interpretação de dados fez a triangulação de metodologias e dados como estratégia para identificar, explorar e compreender as diferentes dimensões do estudo, reforçando assim as suas descobertas e enriquecendo as suas interpretações (Yin, 1994, *apud* Gil, 2002). Tal estratégia teve lugar porque a bibliografia atinente advoga que nenhuma investigação deve partir de dados recolhidos de uma só fonte, pois compulsando diversas fontes reduz-se o risco de chegar à conclusões que mais podem transparecer as limitações da técnica utilizada. Assim sendo, a interpretação enquanto tal dos dados foi efectuada com base na Teoria da Dependência, conjugada com os diferentes instrumentos de análise.

## **2. CAPITULO II: AJUDA EXTERNA E SUA EVOLUÇÃO**

### **2.1. Historial da Ajuda Externa em Moçambique**

Moçambique após a independência, em 1975, teve necessidade de Ajuda Externa para se viabilizar, retomar a economia e promover o processo de desenvolvimento do país. Nos primeiros anos pós-independência, o país se beneficiou da ajuda da União Soviética, da China, dos países nórdicos e alguns movimentos progressistas dos Estados Unidos e da Europa (Renzio & Hanlon, 2007, *apud* Nipassa, 2009: 12). O país contou também com o apoio dos “cooperantes”, em recursos humanos, que foram integrados nas mais diversas áreas de actuação profissional, onde deram um inestimável e ajudaram a superar o problema da fuga de quadros de Moçambique.

Em 1980 – 1985, o país começou a voltar-se para a comunidade internacional, de forma mais abrangente, solicitando ajuda, pois vivia-se a experiência socialista e o escalar da guerra civil, associado a queda das exportações e a subida dos preços de petróleo e das taxas de juro, que agudizaram o colapso da economia. Os Estados Unidos e outros doadores exigiram ao país que transformasse a sua economia centralmente planificada em economia de mercado. Daí que uma das condições para a continuidade da Ajuda Externa era que o país adoptasse as políticas de ajustamento estrutural, que equacionava um Aparelho de Estado mais pequeno e subsequentes privatizações. Não é por acaso que, em 1984, Moçambique ao se juntar ao FMI e ao Banco Mundial, logrou um aumento drástico de Ajuda Externa. De acordo com Hanlon & Smart (2008) citado por Nipassa (2009: 10), o país teve que autorizar a entrada no país de organizações não-governamentais internacionais, facto que se deu com o estabelecimento da CARE e da World Vision. Após cinco anos o número destas organizações aumentou para cerca de 180.

No entanto, perante tal solicitação Moçambique se moveu muito lentamente, de tal ordem que, em 1986, como forma de pressão, os doadores retiraram a ajuda alimentar até ao anúncio de adopção do Programa de Ajustamento Estrutural. Desde esse período, conforme Castel-Branco (2008), o governo deixou de oferecer resistências e a Ajuda Externa cresceu e ocasionou a situação de dependência que o país vive. Como atesta IPAM (2008), a mais de 25 anos que mais de 50% do Orçamento de Estado tem sido financiado pela Ajuda Externa.

### **2.2. Princípios e linhas de orientação da política externa**

Segundo Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (2018), a política externa de Moçambique guia-se pelos princípios fundamentais consagrados na Constituição da República,

consignados nos Artigos 17 a 22. Assim sendo, a política externa pauta-se pelos seguintes princípios:

- Estabelecimento de relações de amizade e cooperação com outros Estados na base dos princípios de respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, igualdade, não interferência nos assuntos internos e reciprocidade de benefícios.
- Observância e aplicação dos princípios da Carta da Organização das Nações Unidas e da Carta da União Africana.
- Solidariedade para com a luta dos povos e Estados africanos, pela unidade, liberdade, dignidade e direito ao progresso económico e social.
- Busca e o reforço das relações com países empenhados na consolidação da independência nacional, da democracia e na recuperação do uso e controlo das riquezas naturais a favor dos respectivos povos.
- Luta pela instauração de uma ordem económica justa e equitativa nas relações internacionais.
- Apoio e solidariedade com a luta dos povos pela libertação nacional e pela democracia.
- Concessão de asilo aos estrangeiros perseguidos em razão da sua luta pela libertação nacional, pela democracia, pela paz e pela defesa dos direitos humanos.
- Manutenção de laços especiais de amizade e cooperação com os países da região, com os países de língua oficial portuguesa e com os países de acolhimento de emigrantes moçambicanos.
- Prosseguimento de uma política de paz, só recorrendo à força em caso de legítima defesa.
- Defesa e primazia da solução negociada dos conflitos.
- Defesa do princípio do desarmamento geral e universal de todos os Estados.
- Contribuição para a transformação do Oceano Índico em zona desnuclearizada e de paz.

Em consonância com estes princípios, conforme o MPD (2013), no documento sobre a coordenação e eficácia da ajuda em Moçambique indica que, a política de cooperação internacional e sua Estratégia de Implementação (Boletim da República Nr. 34, publicado no dia 30/08/2010), visa estabelecer os princípios que regem a cooperação internacional, incluindo

a coordenação de ajuda externa e que está alinhada com 5 princípios da DP. O objectivo fundamental da Política de Cooperação Internacional é garantir a prossecução das prioridades do Governo, consubstanciadas na redução dos níveis de pobreza através da promoção do desenvolvimento social, económico, rápido, sustentável e abrangente. É importante notar que um dos objectivos específicos da Política é “Pugnar pela redução gradual da dependência externa”. O documento do MPD (2013) distingue 4 áreas de Cooperação Internacional, nomeadamente: a cooperação económica, técnica, científica e cultural, assistência humanitária e de emergência, bem como a Ajuda Pública ao Desenvolvimento.

Na área de Ajuda Pública ao Desenvolvimento, a Estratégia estabelece que o Governo:

- Incentiva o fluxo de donativos via o Orçamento de Estado e a inclusão, pelos parceiros, dos valores relativos aos encargos fiscais;
- Esforça-se por manter a sustentabilidade da dívida através da contratação de créditos públicos concessionais, podendo recorrer a outras formas de crédito não concessionais para financiar projectos de rápido retorno e em situações extraordinárias;
- Envida esforços para atrair um maior número de parceiros e maiores volumes de recursos para o Apoio Directo ao Orçamento de Estado e ao Apoio Programático aos sectores e;
- Mobiliza financiamentos para projectos de impacto na redução da pobreza e no desenvolvimento sustentável do País.

Neste contexto, a estratégia encoraja os parceiros de cooperação a:

- Incluir nos acordos o uso dos sistemas nacionais de gestão de finanças públicas;
- Privilegiar o financiamento do Orçamento do Estado através da Conta Única do Tesouro (CUT);
- Desenvolver planos de desembolsos anuais de modo a assegurar a previsibilidade dos fluxos de recursos externos;
- Fornecer informação rolante sobre previsões de fluxos de recursos externos, em alinhamento com o sistema de planificação de médio prazo do Governo e;
- Privilegiar a assinatura de acordos plurianuais e de preferência rolante com o Governo, de forma a permitir uma melhor programação.

Para assegurar a sua implementação e a respectiva monitoria e avaliação, a estratégia foi estabelecer a criação de um Fórum de Coordenação da Política de Cooperação Internacional, dirigido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MINEC), integrando os Ministérios da Planificação e Desenvolvimento (MPD) e das Finanças (MF), que correntemente estes dois últimos ministérios estão fundidos, ao qual se designa Ministério da Economia e Finanças.

O Governo, em Março de 2009, e os dezanove Parceiros de Cooperação, os chamados Parceiros de Apoio Programático (PAPs), assinaram um Memorando de Entendimento (MdE) que estabelece o quadro directivo de provisão de Apoio Geral ao Orçamento. O MdE estabelece os mecanismos de coordenação entre os Parceiros de Cooperação e o Governo no âmbito de tais concessões. Existindo igualmente “Development Partners Group” – (DPG), que é um fórum onde se encontram todos os Parceiros de Desenvolvimento (bilateral e multilateral) ao nível de Embaixadores para efeitos de coordenação. O DPG reúne-se mensalmente e é presidido pelo Banco Mundial e pelas Nações Unidas (Escritório de Coordenador Residente).

### **2.2.1. Parceiros de cooperação**

Segundo MINEC (2018), a República de Moçambique mantém relações de cooperação com Estados e Governos do mundo, dos quais destacam-se os Parceiros de Apoio Programático (PAP's). E mantém relações com diferentes organizações internacionais de que é membro. Ademais, operam em Moçambique, no quadro da parceria, diversas ONG's estrangeiras.

Os PAPs são os Parceiros de Cooperação do Governo de Moçambique que canalizam parte da sua assistência externa por via do Orçamento Geral do Estado, sendo também designado por “Grupo 19” ou “G19”. Os Parceiros de Apoio Programático são: Áustria, Bélgica, Dinamarca, Comissão Europeia, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Países Baixos, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça, Inglaterra, Espanha, Canadá, o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento. A Organização das Nações Unidas (ONU) e os Estados Unidos da América (EUA) são membros associados, embora não providenciam apoio ao orçamento, participando apenas nos processos de planificação, monitoria e avaliação.

O nome “G19” é actualmente “G14”, uma vez que a designação há muito que deixou de coincidir com número dos membros que a constituem, tendo registrado a presença de vinte e dois membros na sua constituição, apesar estar a registrar uma redução significativa dos seus membros nos últimos tempos. Verificando-se não só a redução dos doadores, mas igualmente a redução dos rácios de Ajuda Externa de forma consistente, em resultado, por um lado, do crescimento do PIB moçambicano e do aumento da captação de receitas próprias, por outro

lado, pela eclosão da crise económica que decorre das dívidas ocultas. Isto a dever-se ao facto de a modalidade de apoio ao Orçamento do Estado prevê condições, que permitem que os Parceiros de Cooperação suspendam os seus desembolsos em caso de violação de princípios como a manutenção do Estado de Direito, compromisso do Governo com o combate à pobreza e a boa gestão das finanças públicas.

O que sucede contrariamente ao postulado sobre a boa gestão das finanças públicas em 2016, segundo o jornal electrónico DW (2016), o Governo moçambicano revelou pela primeira vez publicamente, que o executivo emitiu garantias para empréstimos contraídos em 2013 e 2014 - que não tinham sido reveladas. As garantias foram emitidas a favor das empresas ProIndicus, EMATUM e Moçambique Asset Management. Esta revelação fez com que os G14 suspendesse o seu apoio ao OE.

### **2.3. Parceiros de cooperação, sua contribuição e influência nas políticas públicas em Moçambique**

A história da concessão da Ajuda Externa ao OE, em Moçambique, mostra que o país vem recebendo-a desde 1975. E pelo facto de o país se ter mantido fiel às decisões dos Parceiros de Cooperação permitiu que a Ajuda Externa fosse disponibilizada de forma, mais ou menos, contínua. No entanto, é necessário observar o nível de envolvimento dos parceiros de cooperação nas políticas públicas do país, procurando ver se desembolsos dos valores estão a surtir os efeitos preconizados, no quadro, do desenvolvimento económico e social do país.

Ekanayake e Chatrna (2014), no seu estudo sobre os efeitos da Ajuda Externa no crescimento económico dos países em desenvolvimento (1980 a 2007), concluíram que esta teve efeitos diferentes no crescimento económico dos diferentes países em desenvolvimento, registrando um contributo positivo particular nos países africanos. No entanto, alguns autores questionam a eficácia da Ajuda Externa no crescimento económico.

Castel Branco (2008), na sua análise sobre a dependência de Moçambique a Ajuda Externa, assinala que a análise da eficácia da Ajuda Externa no desenvolvimento dos países depende do conceito de desenvolvimento ou do crescimento que se pretende alcançar, ao criticar este conceito de desenvolvimento que se baseia na referência ao aumento do número de firmas privatizadas, escolas e centros de saúde, que esta logrou alcançar. Não é por acaso que, para Renzio & Hanlon (2007) citados Nipassa (2009), a Ajuda Externa tem funcionado como um potencial altamente prejudicial ao processo de desenvolvimento das instituições nacionais, incluindo a sua capacidade de formular e implementar suas próprias políticas e programas de desenvolvimento. Os autores dizem ainda que a alta dependência tem redundado em

alarmantes níveis de incumprimento de regras, o que coloca o Governo sem alternativas de apropriação de tais programas e políticas e sem margens de manobras.

Hanlon & Smart (2008) citados por Nipassa (2009) advogam que as modalidades em que a Ajuda Externa é processada não poderá melhorar os problemas que afligem o país, nem sequer desenvolve-lo. O argumento central é de que o condicionalismo da Ajuda Externa tem vindo a ser alvo de contestação social e económica, fazendo que o Estado enfrente algumas dificuldades na formulação, implementação e apropriação de políticas claras num contexto multidimensional, estrutural e dinâmico da dependência da Ajuda Externa. Devido este alto sentido de dependência, a imponência dos doadores tem sido clara, pois regularmente estes “têm tido o cuidado de exhibir ao governo o seu poder” (Hanlon & Smart, 2008, *apud* Nipassa, 2009). A título de exemplo, nos anos 80, os doadores retiveram, duas vezes, a ajuda alimentar à Moçambique, em 1983, com intuito de pressionar o país a aderir as instituições de Bretton Woods, e, em 1986, ao pressionar o governo a introduzir o Programa de Reajustamento Estrutural. Sem deixar de lado que, em 1995, sob as indiscutíveis orientações do Banco Mundial, o governo se viu coagido a liberalizar o caju e a privatização da banca, sob o risco explícito de corte a Ajuda Externa.

Por seu turno, Hodges & Tibana (2005: 8), reconhecem o contributo da Ajuda Externa para o desenvolvimento do país, embora esta também acarreta custos, uma vez que o Estado e a sua economia podem se tornar reféns e dependentes da mesma, ao assumirem que a Ajuda Externa nunca é integralmente gratuita, devido a existência de inúmeros condicionalismos que, muitas vezes, não tomam em conta as dinâmicas e realidades específicas do país, o que acaba condicionando a eficácia de sua aplicação. Uma vez que:

A elevada dependência significa que o processo de orçamento envolve essencialmente dois actores, o executivo e os doadores estrangeiros. O grau de prestação de contas do executivo aos doadores é maior do que a sociedade moçambicana (Hodges e Tibana, 2005: 8).

Assim, pode-se assumir que a influência e a apropriação das políticas públicas são compulsadas tendencialmente por estas duas entidades, no entanto, fica claro que estas deveriam sofrer pressões dos diferentes grupos de interesses, contribuindo estes para a configuração daquelas, e daí o governo pode e deve usar tais propostas para promover a eficácia da gestão pública e dos múltiplos interesses, embora possam diferir. É certo que os condicionalismos dos doadores estão ligados a intenção destes em replicar experiências e projectos bem-sucedidos de outros países e/ou contextos, mais ou menos, paralelos ou não. Porém, estes podem não se adequar a realidade moçambicana, não contribuindo para incentivar o desenvolvimento socioeconómico, até porque, segundo Sistema Nacional de Monitoria e Avaliação – SNMA (2013), a falta de

capacidade analítica e de recursos para realizar avaliações de impacto a nível distrital, vários planos distritais e municipais não são submetidos a avaliações de impacto. É, no entanto, igualmente verdade que o *habitus* de avaliação de impacto ainda não está enraizada nas práticas da gestão pública, uma vez que se surpreende, muitas vezes, que muitos dos grandes programas de desenvolvimento financiados pelo Governo ainda não são submetidos a avaliação prévia (estudos de base) e, muito menos, a avaliação de impacto, facto que compromete a prestação de contas, assim como a alocação positiva do financiamento público.

## **2.4. Evolução dos Indicadores Macroeconomia de Moçambique**

A evolução dos indicadores macroeconómicos em Moçambique tem sido usados para se referir ao desenvolvimento socioeconómico, uma vez que estes foram registando crescimentos assinaláveis, contudo, nos últimos anos tais indicadores tem registado quedas inquietantes.

### **2.4.1. Evolução do PIB**

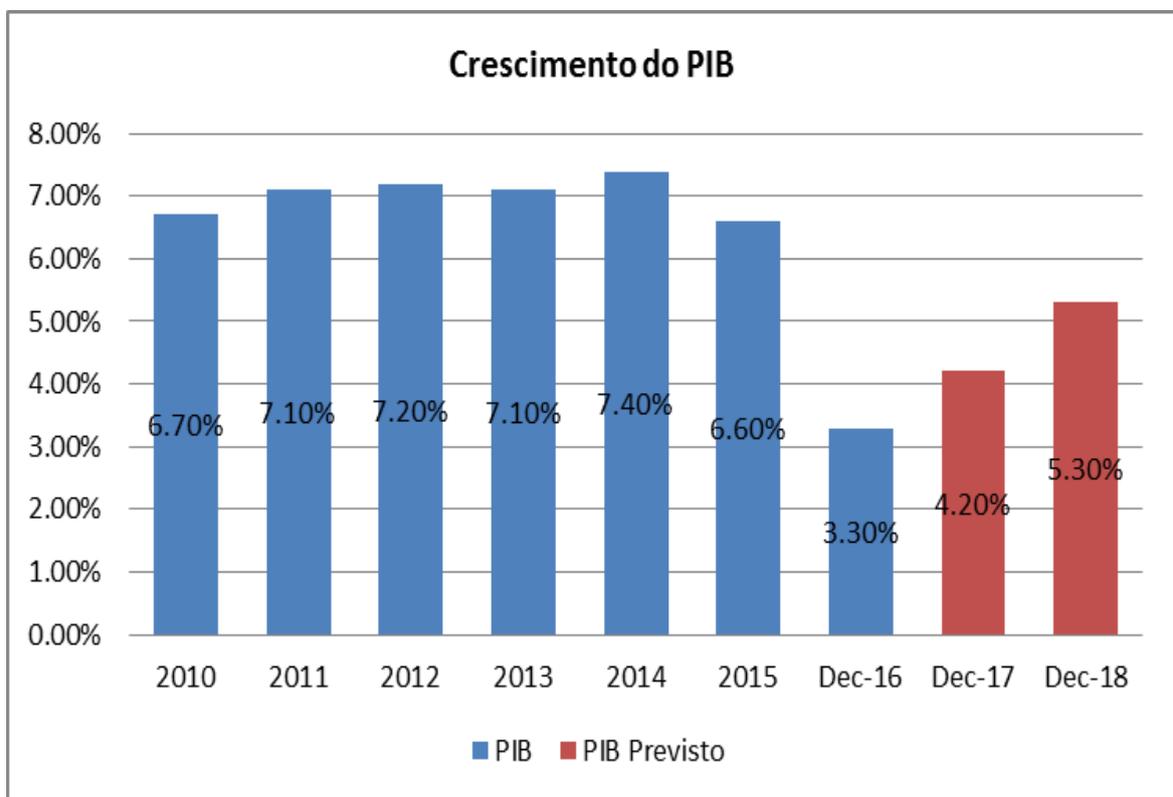
Segundo INE, nos últimos 8 anos registaram-se momentos adversos, tendo no período entre 2010 e 2014 apresentado um crescimento médio do PIB na ordem de 7%, significativamente influenciada pelas actividades de prospecção de gás natural na bacia do Rovuma e grandes investimentos em infra-estruturas. Em 2015 observou-se o início de queda do PIB, num cenário caracterizado por queda acentuada dos preços das principais *comodities* no mercado internacional, tendo o barril do petróleo bruto passado de USD122 em 2013 para cerca de USD27 em 2015. No mesmo ano, assistiu-se a conclusão da fase de actividade de prospecção do gás natural na bacia do Rovuma e conseqüente queda de investimentos directos estrangeiros, bem como a paralisação das actividades de exploração do carvão mineral de Moatize, como consequência da conjuntura desfavorável no mercado internacional. Neste mesmo período, Moçambique assistiu um reinício de conflito político-militar que condicionou a circulação de pessoas e bens, sendo também afectado por condições climatéricas que agiram negativamente na actividade agrícola do país. Agravando o cenário negativo, em 2016, a economia moçambicana voltou a ser colocada a prova, com a suspensão da Ajuda Externa ao Orçamento do Estado, o que, por conseguinte, ocasionou na economia moçambicana uma derrapagem profunda do seu PIB para a ordem de 3.3% em 2016.

No entanto, em 2017 observou-se o início de recuperação da economia do país, com a retoma moderada do crescimento económico, condicionado pelos seguintes factores:

- Retoma do crescimento da economia mundial;

- Retoma de aumento dos preços das principais *commodities*, no mercado internacional. A título de exemplo, o barril do petróleo bruto que esteve a USD27 em 2015, fechou o ano de 2017 em cerca de USD67;
- Melhoria nas condições climáticas com influência positiva sobre a prática de agricultura;
- Acordo de cessação de hostilidades político militar.

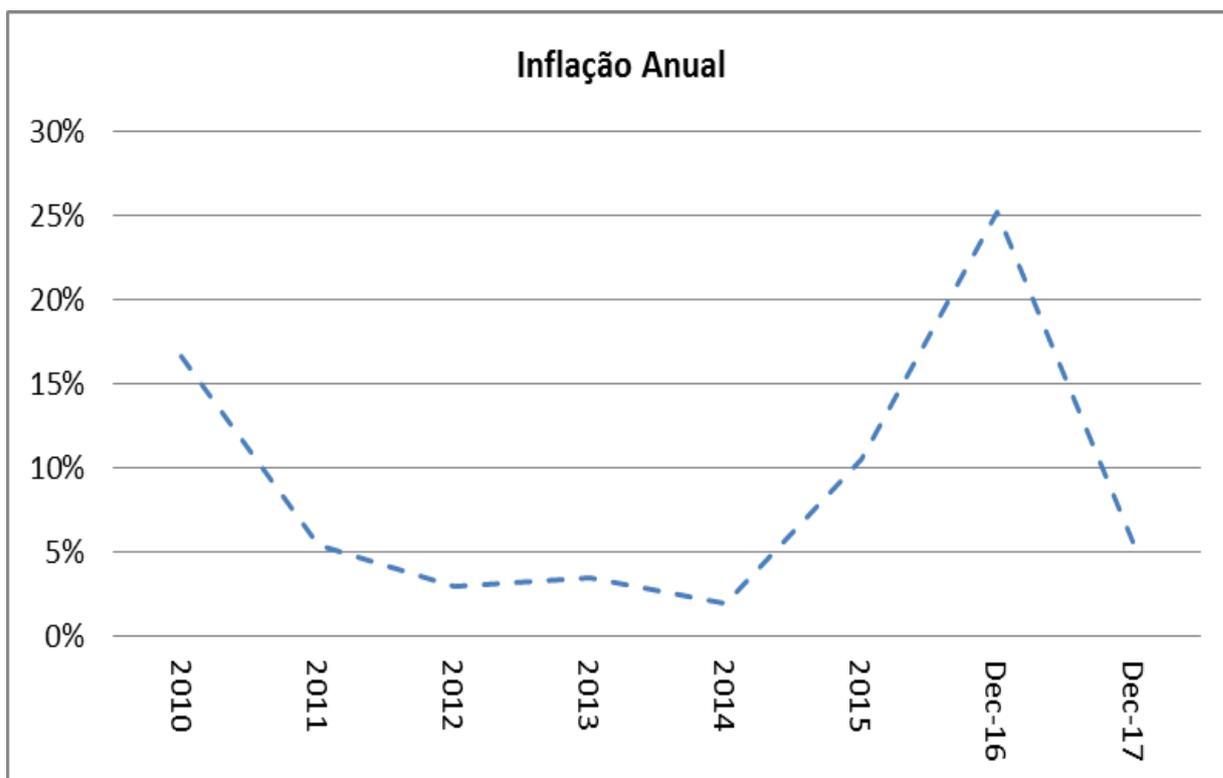
**Gráfico 1: Crescimento do PIB**



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas – INE, 2010 – 2017

#### 2.4.2. Evolução da Inflação

Segundo INE, o nível geral de preços de 2010 a 2017 indica que, medido através do Índice de Preços ao Consumidor, o País registou uma inflação acumulada de 16.62%, 6.14%, 2.02%, 3.54%, 1.93%, 10.55%, 25.27% e 5.65% respectivamente.

**Gráfico 2: Inflação Acumulada Anual**

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas – INE, 2010 – 2017

O gráfico acima ilustra o comportamento irregular da inflação, indicando, por exemplo, que, em 2011, verificou-se uma melhoria significativa na tendência geral dos preços, tendo a inflação acumulada reduzida da ordem de 16,62%, verificado no final de Dezembro de 2010, para a ordem de 6,14% no final de 2011, influenciado sobretudo pelas medidas de política monetária restritiva para a contenção do nível de preços introduzidas pelo Banco de Moçambique, que levou a apreciação do metical em cerca de 17,33%, face ao dólar americano, após uma depreciação de 35,97%, em igual período de 2010.

De acordo com BM e MEF- BdPES (2010-2017), entre 2012 e 2014, registou-se no país uma tendência de estabilização dos preços, o que se traduziu no registo do nível de inflação acumulada historicamente mais baixo, ao se situar na ordem de 2,02%, 3,54%, 1,93% para 2012, 2013 e 2014 respectivamente. Tal facto foi influenciado pelos seguintes factores:

- A estabilidade dos preços dos alimentos no mercado internacional, associada à relativa estagnação da procura no mercado internacional;
- A apreciação do Metical face às principais moedas de transacção, com impacto nos custos de importação de produtos básicos de consumo, incluindo os que se destinam ao sector produtivo e ao aumento da produção interna.

- Por outro lado, o Governo continuou com a implementação de medidas tendentes a reduzir o custo de vida, designadamente a manutenção do subsídio ao preço da farinha de trigo para a produção do pão; a fixação de preços de referência para efeitos de cálculo de direitos aduaneiros na importação de produtos frescos (batata, cebola, tomate, ovos), que foram fixadas em baixa nos casos em que não houve produção e a manutenção de preços de alguns produtos, nomeadamente a água e a energia.

Em 2015 e 2016, o país registou uma tendência acentuada de agravamento de preços, tendo atingido uma inflação acumulada de 10,55% e de 25.27% respectivamente, influenciada essencialmente por uma conjugação de choques tanto internos e como externos, incluindo:

- Redução da produção de culturas agrícolas de curto ciclo, decorrentes das inundações e chuvas intensas que fustigaram as zonas norte e centro do país e a seca que assolou a zona sul do país;
- Restrição da circulação de pessoas e bens devido à tensão político-militar no país, com maior incidência na zona centro;
- O efeito da pressão da depreciação do Metical sobre os preços dos bens importados;
- Impacto do ajustamento de alguns preços administrados que eram mantidos inalterados desde 2010.

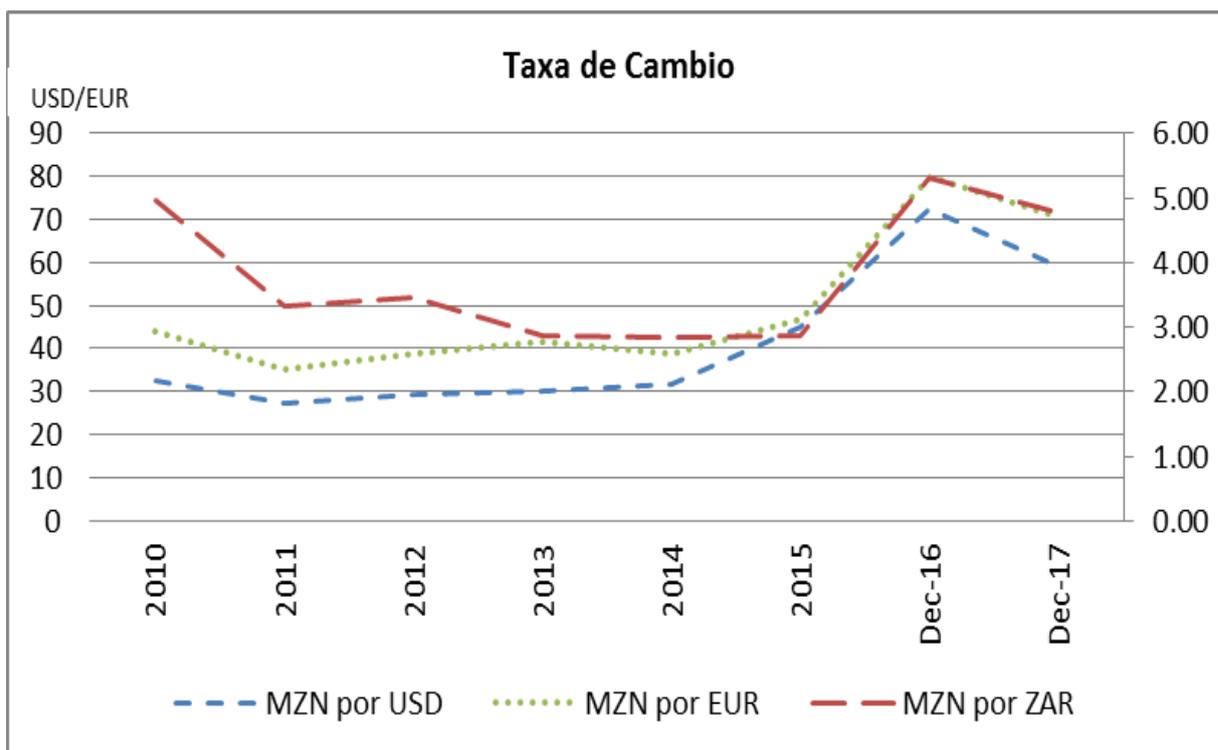
Em 2017 observou-se uma recuperação tímida da inflação com tendência a alcançar os níveis de inflação dos anos 2011 a 2014. Dos factores que contribuíram para o comportamento da inflação em 2017, destacam-se os seguintes:

- Maior oferta de bens alimentares como resultado das condições climáticas favoráveis para actividade agrícola verificada ao longo do ano;
- Livre circulação de pessoas e bens, com o fim da tensão político - militar;
- Coordenação de políticas monetárias e fiscal, visando a regulação da liquidez nos níveis adequados ao crescimento económico que se traduziram na redução da procura agregada; e
- Estabilidade cambial.

### 2.4.3. Evolução Cambial

Banco de Moçambique indica que em linha com a conjuntura macroeconómica do país, e como ilustrado no gráfico abaixo, o metical mostrou também um comportamento diversificado no período em análise.

**Gráfico 3: Taxa de Cambio media**



Fonte: Banco de Moçambique, 2010 a 2017

Em 2011, o Metical mostrou uma tendência de apreciação face às principais moedas, tendo sido transaccionado a 27,14 Meticais por dólar americano, a 3,37 Meticais por Rand sul-africano, correspondente a uma apreciação nominal anual de 17,33% e 31,64% respectivamente, reflectindo o impacto das medidas de política monetária e cambial adoptadas desde meados de 2010, decorrente de entre outros factores, do aumento do fluxo de divisas no mercado doméstico, associado ao aumento das expectativas dos investidores em relação à evolução da economia nacional como resultado de descoberta de recursos naturais e do crescente fluxo de investimento directo estrangeiro.

Entre 2012 e 2014, o metical manteve-se estável em relação as moedas dos principais parceiros comerciais do país. No último dia do ano o Metical foi cotado em 29,95 meticais 30.1 e 34.2 por cada unidade de Dólar norte-americano. A relativa estabilidade do Metical face ao Dólar norte-americano ao longo deste período do ano deveu-se, à maior disponibilidade de divisas no mercado cambial, como consequência das alterações legislativas introduzidas no mercado

cambial e do incremento dos níveis de investimento directo estrangeiro, particularmente nos grandes projectos.

No período de 2015 a 2016 o Metical sofreu uma depreciação acentuada, tendo atingido a cotação média face ao Dólar americano de 47,3 e 72,7 MZN/USD respectivamente. A elevada depreciação do Metical é explicada pelos seguintes factores:

- Suspensão da Ajuda Externa directa ao Orçamento do Estado e à Balança de Pagamentos, por parte dos parceiros de cooperação internacional;
- Redução dos fluxos de Investimento Directo Estrangeiro;
- Redução das exportações; e,
- Aumento do Serviço da Dívida pública.

No período de 2016 a 2017 conforme o BdPES do MEF observou-se uma melhoria no mercado cambial doméstico, com a moeda nacional a apreciar face ao Dólar norte-americano, tendo passado de 72,7 MZN/USD em finais de 2016 para o valor máximo de 59,7 MZN/USD em final de 2017, reflectindo de certo modo, o resultado do conjunto de medidas de política adoptadas pelo BM, para conter a pressão cambial, que ajudaram a contrariar as expectativas e a refrear a volatilidade cambial.

#### **2.4.4. Evolução das Reservas Internacionais Líquidas**

Em face da conjuntura internacional adversa, caracterizada por forte incerteza nos mercados, as reservas internacionais do país apresentaram tendências adversas no período entre 2011 e 2017.

**Gráfico 4: Reservas Internacionais (Em milhões de USD)**

Fonte: Banco de Moçambique, 2010 a 2017

No período entre 2010 e 2013 o país registou contínuo crescimento das suas Reservas Internacionais Líquidas tendo atingido um saldo de USD 3,009 milhões em 2013, o que em termos de Reservas Brutas, corresponde a 5.1 meses de cobertura das importações de bens e serviços não factoriais (excluindo as importações dos grandes projectos), contra o saldo das Reservas Internacionais Líquidas no final de Dezembro 2011 de USD 2,226.7 milhões. Os principais factores que contribuíram para o incremento das RIL's foram:

- A entrada de divisas nas contas do Estado, através das receitas dos impostos das mais-valias em megaprojectos;
- Entradas de fundos destinados a vários projectos do Estado; e,
- Desembolsos de fundos de Ajuda Externa para o apoio directo ao Orçamento do Estado.

Contudo, no período entre 2014 e 2016, o país registou, segundo BM, um desgaste das Reservas Internacionais Líquidas, tendo, em 2016, fechado o ano com um saldo de USD 1,838.5 milhões, que garantem 3.6 meses de cobertura das importações de bens e serviços não factoriais. Este desgaste, de entre outros factores, é explicado por:

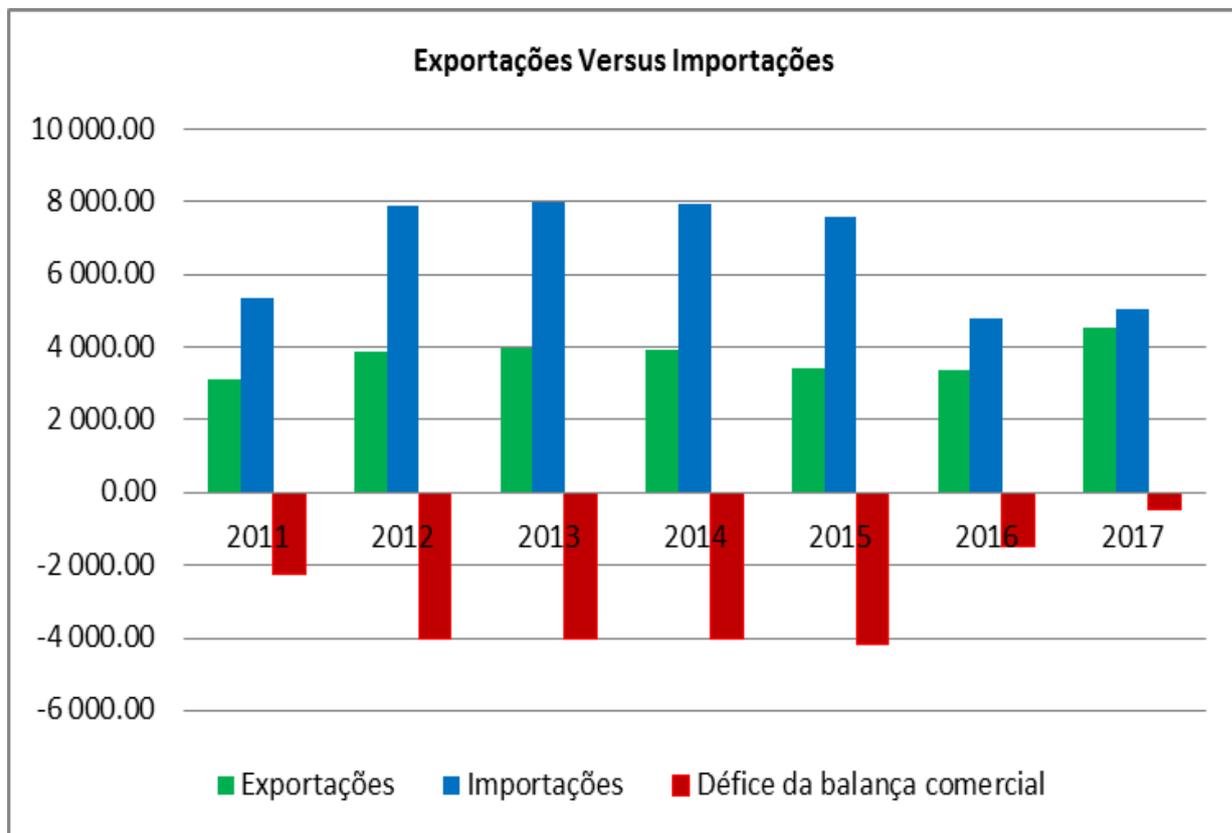
- Pagamento da dívida externa pública, num contexto em que não se registou entrada de mais-valias como ocorreu nos anos precedentes;
- Suspensão da Ajuda Externa directa ao Orçamento do Estado, por parte dos parceiros de cooperação internacional;
- Redução dos fluxos de Investimento Directo Estrangeiro.

No entanto, dados provisórios do BM referentes ao último dia de Dezembro de 2017, apontam para um saldo de USD 3.038 milhões das Reservas Internacionais Líquidas, mais USD 1.311 milhões em relação ao saldo do fecho de 2016. Este valor representa um saldo de reservas brutas de USD 3.294 milhões, suficientes para cobrir 7,3 meses das importações de bens e serviços não factoriais, excluindo as importações dos grandes projectos. Os principais factores de variação das RIL, são as seguintes:

- Fraca procura interna, como resultado da derrapagem económica, redução da pressão sobre a procura de bens importados;
- Aumento das exportações, sobretudo, o carvão mineral, num cenário em que os preços das *commodities*, no mercado internacional, mostram sentido ascendente;
- Política Monetária Restritiva, que ajudou a controlar a procura interna e a inflação.

#### **2.4.5. Evolução da Balança Comercial**

A procura e os preços no mercado internacional mostraram-se voláteis no período entre 2010 e 2017, tendo influenciado as tendências das exportações e importações. A tabela abaixo ilustra tais tendências em Moçambique:

**Gráfico 5: Exportações Versus Importações**

Fonte: Banco de Moçambique – BM

#### 2.4.5.1. Evolução das Exportações

Os principais produtos de exportação de Moçambique são: alumínio, carvão mineral, energia eléctrica, gás, banana, tabaco, areias pesadas, castanha de caju, madeira e açúcar. Produtos de Exportação de Grandes Projectos (alumínio, carvão mineral, energia eléctrica, gás e areias pesadas) representam perto de dois terços do total das exportações do país.

Entre 2011 e 2012 o país registou um aumento significativo de suas exportações, influenciadas pelo incremento significativo das quantidades de exportação do carvão mineral de Moatize, tornando-se o segundo maior produto de exportação do país. Entre 2012 e 2014 verificou-se uma relativa estabilidade das receitas de exportação influenciada pela conjuntura relativamente estável da procura e/ou dos preços das *commodities* no mercado internacional.

No entanto, o período entre 2015 e 2016 as receitas de exportação se retraíram para USD 2,349.5 milhões. Os grandes projectos a registarem receitas de USD 1,712.3 milhões, num contexto em que as receitas das exportações tradicionais registam uma redução para a ordem de USD 637.2 milhões, justificado essencialmente pela diminuição nos respectivos preços médios internacionais, calamidades naturais, que destruíram extensas áreas de cultivo, assim

como a tensão político-militar. Contudo, em 2017, verificou-se um aumento significativo das receitas das exportações, sendo que, para além do efeito quantidade, se registou um aumento do valor das exportações do carvão mineral e do alumínio, efeito, em parte, da recuperação dos preços destes produtos no mercado internacional.

#### **2.4.5.2. Evolução das Importações**

O gráfico acima ilustra um incremento significativo do volume das importações em 2012, influenciada, sobretudo, pela dinâmica das importações do segmento produtivo dos megaprojectos, reflectindo a forte entrada de novas empresas de investimento directo estrangeiro, aliada ao projecto de expansão das unidades fabris já instaladas no país, bem como, as actividades de pesquisa e prospecção de recursos naturais.

Entre 2012 e 2014 verificou-se uma relativa estabilidade das despesas de importação influenciada pelo fluxo das necessidades de procura de tecnologias e de maquinaria ou equipamentos pelas empresas ligadas à IDE, e pelas empresas de investimento directo estrangeiro, com destaque para o gás natural. Por outro lado, entre 2015 e 2017 as importações totais reduziram significativa e continuamente para cerca de USD 3,716 milhões, contra USD 5,843.6 milhões registado em 2014. Destaque para a queda nas importações dos grandes projectos, em linha com a desaceleração do IDE, o que está aliado em parte ao próprio ciclo de vida dos projectos e pelas políticas restritivas do Banco Central, que permitiram manter um controlo rigoroso do lado da procura agregada.

#### **2.5. Evolução das principais componentes do OE**

Contrariamente das tendências verificadas com os demais indicadores macroeconómicos debatidos neste capítulo, nomeadamente, o PIB, a Inflação, o câmbio, as RIL e a Balança Comercial, que entre 2015 e 2016 mostraram uma variação negativa profunda, a componente Recursos do OE mostrou tendência contínua crescente, excepto o ano de 2015, em que se registou um abrandamento. A tabela abaixo ilustra a evolução das principais componentes do OE.

**Quadro 1 – Evolução dos principais componentes do OE (Valores em milhões mt)**

Orcamento do Estado	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total 2010 a 2017
<b>Total de Recursos</b>	<b>109.819,00</b>	<b>125.932,00</b>	<b>139.837,80</b>	<b>190.563,10</b>	<b>202.184,40</b>	<b>214.702,40</b>	<b>216.611,20</b>	<b>291.232,30</b>	<b>1.490.882,20</b>
<b>Recursos Internos</b>	<b>67.984,00</b>	<b>83.677,10</b>	<b>101.765,20</b>	<b>129.476,70</b>	<b>161.958,60</b>	<b>165.025,30</b>	<b>174.666,10</b>	<b>235.593,60</b>	<b>1.120.146,60</b>
Receitas do Estado	63.566,00	81.058,50	98.615,10	126.318,70	156.243,60	155.893,00	165.595,30	213.750,10	1.061.040,30
Emprestimos internos	4.418,00	2.618,60	3.150,10	3.158,00	5.715,00	9.132,30	9.070,80	21.843,50	59.106,30
<b>Recursos Externos</b>	<b>41.835,00</b>	<b>42.254,90</b>	<b>38.072,60</b>	<b>61.086,40</b>	<b>40.225,80</b>	<b>49.677,10</b>	<b>41.945,10</b>	<b>55.638,70</b>	<b>370.735,60</b>
Donativos	27.318,00	27.379,70	25.290,20	30.233,40	21.442,70	18.677,40	15.473,60	12.214,60	178.029,60
Creditos	14.517,00	14.875,20	12.782,40	30.853,00	18.783,10	30.999,70	26.471,50	43.424,10	192.706,00
<b>Total de Despesas</b>	<b>107.086,00</b>	<b>127.935,30</b>	<b>137.852,90</b>	<b>182.190,70</b>	<b>211.127,70</b>	<b>219.592,10</b>	<b>215.511,20</b>	<b>291.232,40</b>	<b>1.492.528,30</b>
Despesa de Funcionamento	59.356,00	70.989,20	82.395,30	95.654,70	116.781,70	117.836,00	140.906,30	147.968,90	831.888,10
Despesa de Investimento	43.681,00	51.011,50	50.478,80	72.300,60	68.738,90	64.077,80	46.365,90	49.482,70	446.137,20
Operacoes Financeiras	4.049,00	5.934,60	4.978,80	14.235,40	13.604,10	18.577,20	21.726,50	44.806,10	127.911,70

Fonte: BdPES, REO, 2010 a 2017

Segundo dados dos Relatórios Balanco do PES e Execução Orçamental do Estado dos períodos de 2010 a 2017, os recursos mobilizados atingiram o montante de 1.490.882,20 milhões de Meticais, tendo os recursos internos mobilizados se situado em 1.120.146.60 milhões de Meticais e os externos em 370,735.60 milhões de Meticais.

**Gráfico 6: Total de Recursos do OE no período de 2010 a 2017**

Fonte: BdPES, 2010 a 2017

Observa-se no gráfico 1 que as Receitas do Estado constituíram a principal fonte de recursos no período entre 2010 e 2017, com uma contribuição equivalente a 75%, tendo o total de recursos externos contribuído em apenas 25% do total dos recursos mobilizados nesse período.

### **3. CAPITULO III – COMPONENTES DO OE E O PARADIGMA DA AJUDA EXTERNA**

#### **3.1. Componentes do OE**

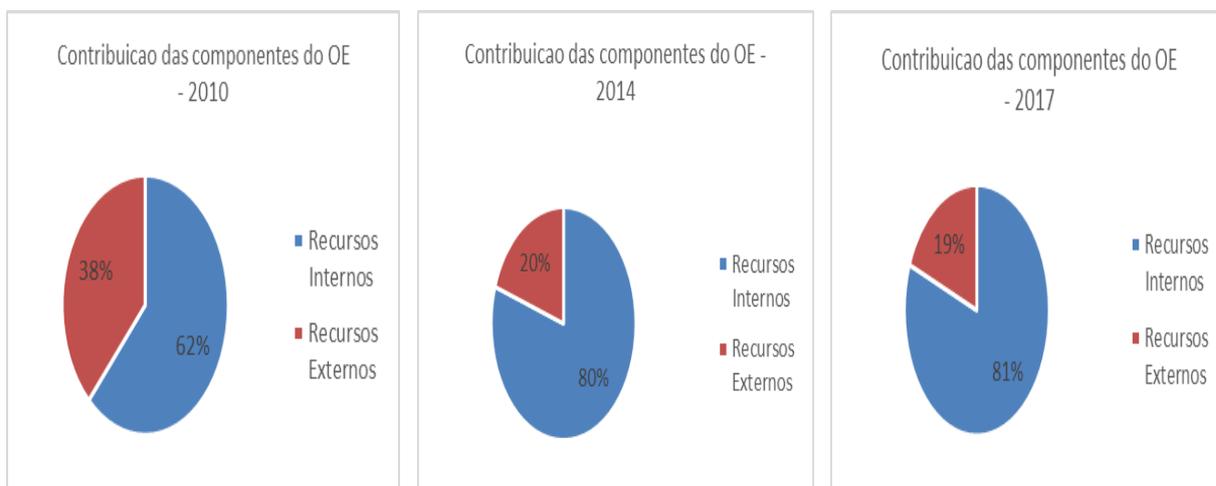
A suspensão de ajuda ao OE pelos parceiros de cooperação tradicionais colocam Moçambique numa situação de necessidade de reorientação estratégica no concerne a sua política de mobilização de recursos e de despesa pública.

O cenário macroeconómico anterior a suspensão da Ajuda Externa ao OE caracterizou-se por atrair os grandes projectos multinacionais, através de diversas estratégias de incentivo fiscal. Com a emergência do abrandamento da Ajuda Externa ao OE, as fontes de recursos baseados na economia interna ganharam relevo, o que levou a uma reorientação da abordagem, pondo em pauta a diversificação da economia, com foco nas grandes questões que afectam a economia interna de modo a fazer face o actual cenário macroeconómico de Moçambique. Em paralelo, medidas de austeridade fiscal ou mobilização e realocação de recursos orçamentais foram equacionadas para reequilibrar o orçamento.

##### **3.1.1. Recursos**

Como anteriormente fez-se referência Moçambique vem recebendo Ajuda Externa ao OE, desde a altura da sua independência. Contudo, em 2014, como resultado da descoberta das dívidas ocultas, a confiança dos doadores reduziu, tendo culminado na suspensão da Ajuda Externa ao OE. Este evento abriu um novo ciclo no processo de cooperação com os parceiros. E como resultado o país teve que se virar para si a fim de mobilizar financiamento ao OE, afinal o Estado está cercado de despesas e simultaneamente precisa induzir o desenvolvimento socioeconómico.

É importante notar que entre 2010 e 2017 o país registou um crescimento dos recursos do OE, tendo-se registado uma quantia na ordem de 109.819,00 milhões de meticais em 2010 e de 291.232.30 milhões de meticais em 2017, o que corresponde um crescimento médio anual de cerca de 13%. No entanto, o período em análise verificou uma tendência de redução da contribuição relativa da componente externa no total dos recursos do OE, como abaixo ilustram os gráficos.

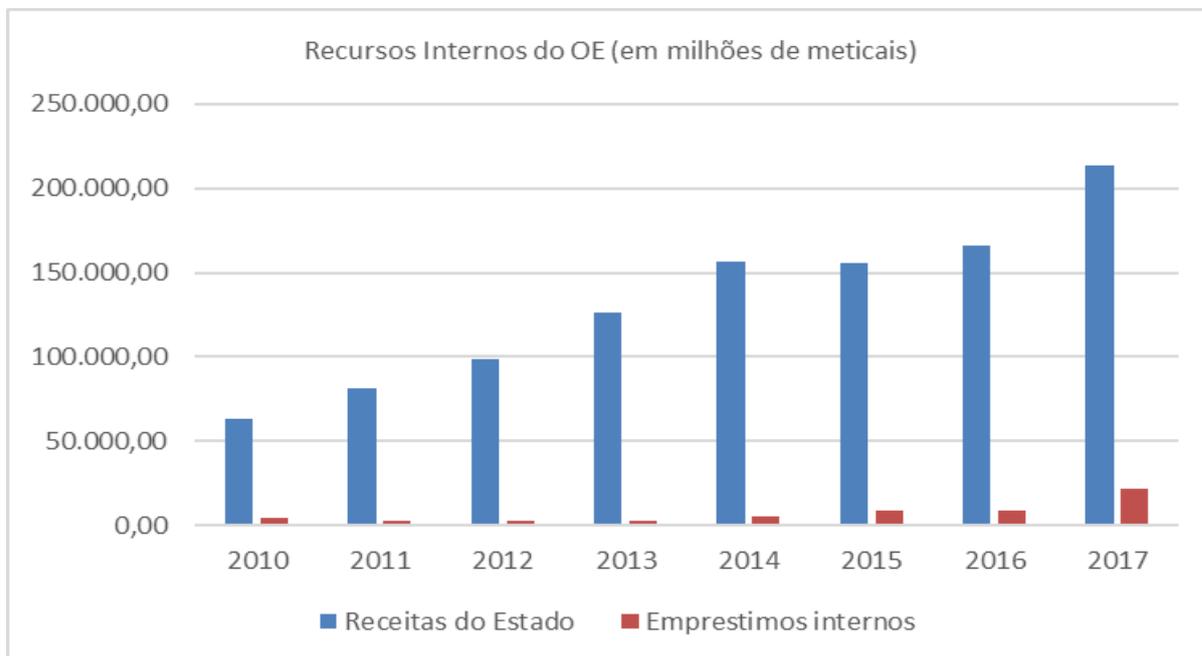
**Gráfico 7: Contribuição dos Recursos por Componente**

Fonte: MEF, REO 2015 a 2017

Como ilustrado acima, em 2010 a componente Ajuda Externa ao OE correspondia a cerca de 38% do total dos recursos do OE, valor que ao longo do período em análise registou uma tendência de redução para cerca de 20% em 2014, ano antes da suspensão da ajuda externa ao OE, e para cerca de 19% em 2017.

### 3.1.1.1. Recursos Internos do OE

O Gráfico abaixo ilustra a composição e a evolução do comportamento dos recursos internos na composição do OE, ao longo deste período, o qual é composto por duas principais fontes de recursos: Receitas do Estado e Empréstimos Internos.

**Gráfico 8: Evolução dos Recursos Internos no OE**

Fonte: MEF, REO 2015 a 2017

Analisando a componente Recurso Interno no OE verifica-se que, ao longo de todo o período, os recursos provenientes das receitas do estado mostram um crescimento consistente e robusto, com excepção do ano de 2015, onde o comportamento das Receitas do Estado tenderam a estagnação.

### 3.1.1.1.1. Recursos Internos do OE provenientes de Receitas do Estado

Como ilustrado na secção 2.4, referente a evolução dos indicadores macroeconómicos de Moçambique, nos últimos 8 anos, registaram-se momentos adversos, tendo no período entre 2010 e 2014 apresentado um crescimento médio do PIB na ordem de 7% significativamente influenciada pelas actividades de prospecção de gás natural na bacia do Rovuma e pelos grandes investimentos em infra-estruturas. Este período de estabilidade macroeconómica significativamente influenciado pelas dinâmicas derivadas das actividades realizadas no âmbito de prospecção e exploração de recursos naturais teve um impacto relevante na composição do OE, muito a dever-se a cobranças das mais-valias.

Tal factor teve igualmente um papel catalisador na implementação de diversos projectos e investimentos em actividades complementares e de suporte dos megaprojectos e na realização de vários investimentos em infraestruturas. Este facto levou a um incremento significativo do

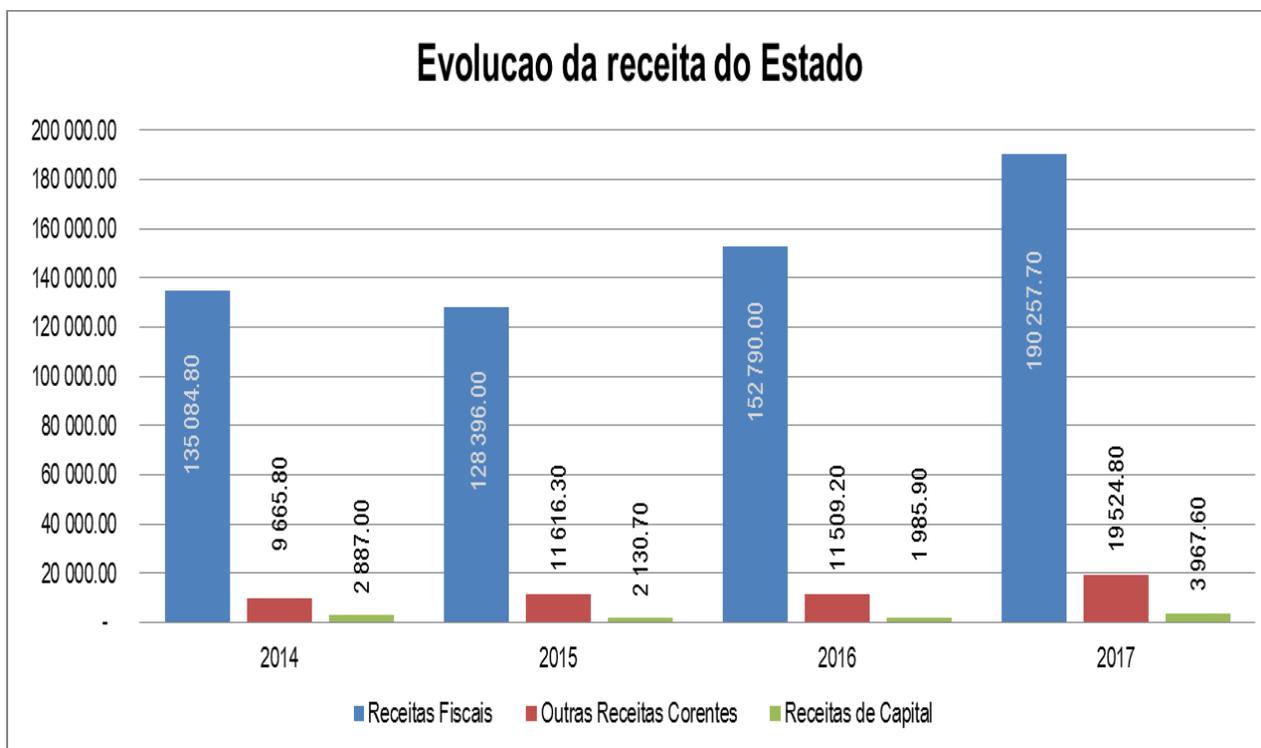
volume das importações em 2012, reflectindo a forte entrada de novas empresas de investimento directo estrangeiro, expansão das unidades fabris já instaladas no país e consequente despesas de importação influenciado pelo fluxo das necessidades de procura de tecnologias e de maquinaria ou equipamentos pelas empresas ligadas ao IDE, e pelas empresas de investimento directo estrangeiro, incrementando a capacidade de arrecadação de receitas fiscais provenientes das taxas aduaneiras e do correspondente IVA.

Entre 2010 e 2014 as dinâmicas macroeconómicas que caracterizaram este período, acompanhada pela tendência, iniciada, de aprimoramento da máquina administrativa do estado ao serviço da cobrança das receitas internas do estado, tiveram impacto no contínuo crescimentos dos recursos internos do OE. Contudo, há ainda a considerar a existência de megaprojectos beneficiários de isenções fiscais, que a serem incluídos no pacote fiscal reforçariam o caudal de geração de receitas internas para a composição do OE.

2015 assistiu a conclusão da fase da actividade de prospecção do gás natural na bacia do Rovuma e a consequente queda de investimentos direitos estrangeiros, assim como a paralisação das actividades de exploração de carvão mineral de Moatize, como consequência dos sinais desfavoráveis do mercado internacional. Segundo BM, as receitas públicas colectadas em 2015 mostraram um decréscimo que se reflectiu maioritariamente da combinação das reduções de componente fiscal decorrente da tributação das vendas de activos detidos por empresas estrangeiras a operar no sector petrolífero (mais-valias), do IVA, e da desaceleração verificada no crescimento da economia.

Moçambique, em 2016, experimentou o início do conflito político-militar que condicionou a circulação de bens e pessoas, sentindo-se duplamente pressionado pelo facto de, na outra mão, ter havido a suspensão da Ajuda Externa ao OE pelos parceiros de cooperação. Consequentemente, a economia moçambicana assiste a uma derrapagem profunda do seu PIB para a ordem de 3.3%. As importações, neste período, assinalam uma redução significativa, com particular destaque para a queda das importações dos grandes projectos, em linha com a desaceleração do IDE. Estes factores ditaram a quase estagnação do crescimento das receitas internas, após a queda verificada no ano anterior. O que só, em 2017, se observou o iniciar da recuperação da economia, com a retoma moderada do crescimento económico.

**Gráfico 9: Evolução do Comportamento das Receitas Internas do estado (Valores em milhões metcais)**



Fonte: MEF, REO 2015 a 2017

Analisando as linhas orçamentais que integram a componente recursos internos provenientes das Receitas do Estado, os dados constantes no gráfico acima indicam ter havido uma reengenharia do governo para a captação de receitas internas. Entre 2016 e 2017 pode-se observar que a mobilização de receitas internas apresentou um crescimento significativo relativamente aos anos anteriores. O aumento da base tributária, segundo MEF e BdPES, resulta tal como assinala da:

- Verificação e correcção pontual das declarações anuais de rendimento e de informação contabilística e fiscal dos contribuintes;
- Cobrança de mais-valias derivadas de transacções em bolsas de valor;
- Controlo dos pagamentos de IRPS e dos contratos de arrendamentos;
- Acções contínuas de educação, formação, sensibilização e divulgação da legislação fiscal.

Estas acções entraram em alinhamento com as recomendações feitas pela equipa do FMI, as quais, nomeadamente, apontam para:

- Prossecução com ajustamento fiscal para um relaxamento da política monetária e apoiar a redução do crédito;
- Continuar o engajamento com os credores no processo de reestruturação da dívida pública para traze-las a uma trajetória sustentável;
- Continuar com reformas estruturais para a melhoria do ambiente de negócios;
- Estudar a possibilidade de liquidar as empresas públicas que contraíram empréstimos sem os publicitar, depois de passar os activos dessas para o Estado;
- Introdução de uma moldura de responsabilização orçamental e a gestão eficiente da riqueza proveniente dos recursos naturais; bem como
- A audição previa pelo Banco de Moçambique sempre que uma empresa pública queira contrair um empréstimo acima de um determinado valor;
- Diversificação das fontes de captação de receita;
- Intensificação das acções de auditoria e fiscalização às empresas, com maior enfoque para os megaprojectos.

No que se refere as receitas internas, os dados indicam que o governo tem estado a desenvolver estratégias de alargamento da base tributária, com vista a redução da dependência externa. Contudo, apesar da arrecadação de impostos ter passado a conhecer um papel relevante para o OE, importa referenciar que a crise financeira desencadeada pelas dívidas ocultas, que resultou, nomeadamente, na suspensão da Ajuda Externa ao OE, tem consequências sobre a economia real moçambicana e sobre a própria lógica do processo de produção económica. O que pede uma atenção especial e rigor no seu tratamento.

A estratégia de desenvolvimento da economia moçambicana baseada em megaprojectos, expôs o país aos mercados financeiros internacionais, ao ver impellido a buscar capital e corporações multinacionais. Esta estratégia tem levado a concentração económica, ficando a estrutura económica dependente de um número limitado de fontes de crescimento económico, enfraquecendo a base produtiva, associando-se a um baixo nível de ligação e articulação

doméstica. A grande concentração na indústria extractiva e em investimentos baseados em megaprojectos tem levado a marginalização da produção de bens e serviços básicos pela economia interna.

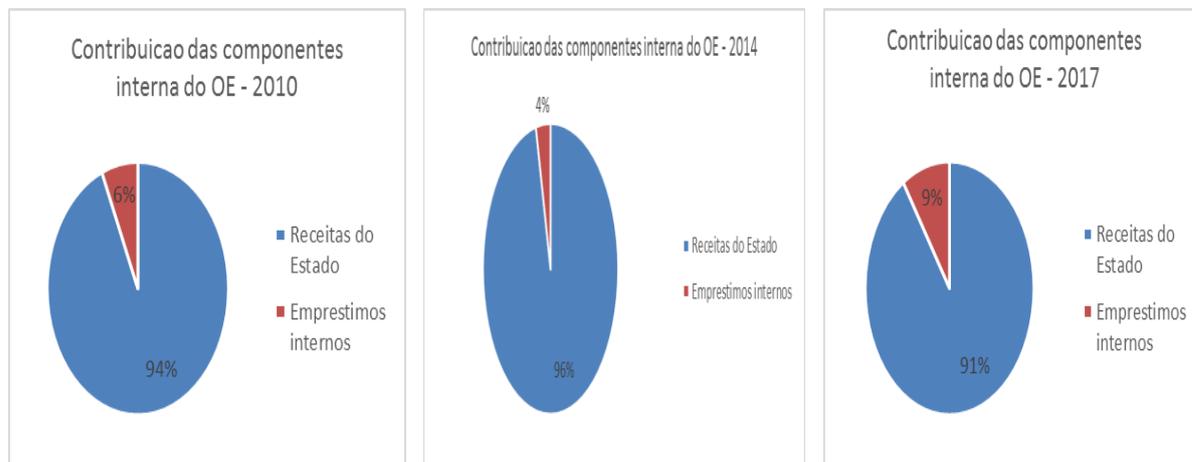
Segundo Castelo Branco (2017), 90% das exportações são derivadas de 9 produtos primários, nomeadamente, alumínio, carvão, areias pesadas, energia, gás natural (que totalizam 72% das exportações), tabaco, banana, açúcar e madeiras (18%). As importações são dominadas pelas necessidades dos megaprojectos do complexo mineral-energético (66% das importações de bens e 60% das importações de serviços) e pelas necessidades alimentares. Portanto, a economia tem menos variedade, menos ligações, menos capacidade de substituir importações, tanto para consumo como para investimento, pelo que a expansão económica, em especial em períodos de aceleração, como foi a década passada, conduz a um rápido crescimento das importações. Por outro lado, as exportações são mais limitadas e concentradas em produtos primários para mercados voláteis, pelo que estão sujeitas a choques constantes dada a sua concentração. Esses choques tem um impacto na economia maior do que teriam se a base de exportações fosse mais diversificada. Se as importações crescerem mais depressa do que as receitas de exportação retidas pela economia e do que as reservas e a capacidade fiscal do Estado, a crise facilmente emerge. A combinação da dependência de importações para consumo e para investimento, da concentração e volatilidade das exportações e da aceleração do crescimento económico, nestes moldes, gera crises inevitáveis na balança de pagamentos. Estas crises podem ser escondidas por trás da Ajuda Externa, dos fluxos de capitais externos, da ruptura das reservas internacionais, da desvalorização da moeda, ou do endividamento público, ou podem manifestar-se imediatamente. A questão central é que são crises sistémicas, construídas dentro do modelo de crescimento, que podem ser resolvidas com a diversificação e articulação da base produtiva e a substituição efectiva de importações. Portanto, a análise da estrutura e dinâmicas extractivas da produção permitiu localizar as crises e rupturas, incluindo as razões e o papel do endividamento público, dentro das próprias dinâmicas de crescimento. Esta análise chama a atenção pelo facto de a crise não ter sido atípica nem momentânea, mas sistémica e que a solução reside em transformar a economia, diversificando-a, articulando-a e substituindo importações de forma efectiva, dando um enfoque a política económica que permita atrair capital multinacional com atenção a solução dos problemas básicos para o desenvolvimento interno da economia, e que permitam rotação e manutenção de capitais, e o reinvestimento dos lucros do investimento estrangeiro em Moçambique. O incentivo para retenção do capital estrangeiro e o investimento dos lucros na economia interna permitiria

desenvolver maior ligação dentro da economia, para a transformação e o alargamento da base produtiva de boa parte das empresas nacionais, conseqüentemente, o alargamento da base tributária e a respectiva capacidade de arrecadação de receitas para o OE.

Se atendermos a ideia de Cardoso & Faletto (1979), a de que é possível empreender o desenvolvimento económico dos países periféricos, sem romper com o mundo externo, desde que tenha um carácter nacional e envolva a participação de grupos domésticos. Podemos assumir que é possível atender ao grande capital estrangeiro, tirando dele as mais-valias e tributando-o, permitindo-o realizar-se e contribuir para a criação da riqueza nacional, assim instaurando um plataforma de ganhos mútuos e de diminuição gradual das relações de dependência, induzindo um desenvolvimento nacional relativamente autónomo. Daí ser necessário elaborar estratégias e mecanismos que possibilitem a manutenção dos investimentos estrangeiros à economia, com o objectivo de impulsionar a dinamização da base produtiva local, permitindo que estes capitais encontrem caminho para o seu reinvestimento.

#### **3.1.1.1.2. Recursos internos do OE provenientes de Empréstimos**

Os gráficos abaixo ilustram que, entre 2010 a 2014, o peso relativo dos empréstimos sobre a componente interna do OE manteve uma tendência de redução situando-se em cerca de 6% e 4% respectivamente. Esta tendência alterou-se a partir de 2015, tendo atingido cerca de 9% em 2017. Segundo o relatório anual do BM, nos últimos anos, com a redução da entrada de donativos e das mais-valias, o Estado tem recorrido, sistematicamente, ao financiamento interno, sobretudo, bancário, agravando, deste modo, e aumentando gradualmente o peso do endividamento interno público.

**Gráfico 10: Contribuição das fontes de Recursos Internos do OE**

Fonte: MEF, REO 2015 a 2017

Segundo Castelo Banco (2017), ao mesmo tempo que destaca a necessidade de mobilização de poupanças internas, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento - END prevê que o endividamento público interno continuará a ser uma importante fonte de financiamento do Estado, dado o défice orçamental persistente e a tendência de redução da Ajuda Externa. E tal estratégia, a do financiamento do Estado por via do endividamento doméstico, constringe a expansão do crédito ao sector privado. Assim, o endividamento público interno, por ser contraído junto dos bancos comerciais, acaba competindo com recursos que financiariam o sector privado. Os títulos do Estado, que são a principal forma de contratação da dívida pública interna, são mais líquidos, mais seguros e em alguns anos mais rentáveis que o financiamento ao sector privado que enfrenta maiores riscos (Massarongo, 2010).

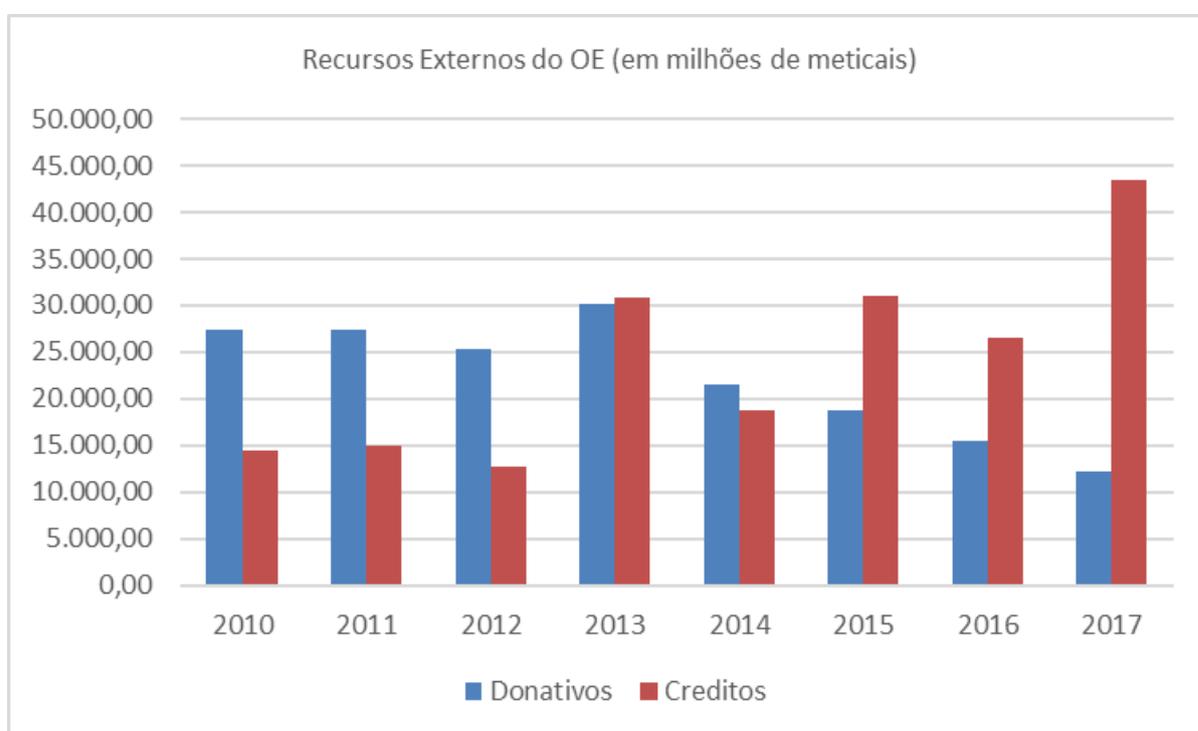
A dívida pública por se compor e recorrer ao sector bancário afecta negativamente as políticas monetárias expansionistas que o Banco Central vem implementando. A contratação de dívida interna implica enxugamento de parte dos recursos do sector bancário, este acaba contrabalançando medidas de expansão da massa monetária tomadas pelo Banco de Moçambique, uma vez que, ocorrem dois movimentos em sentidos contrários, isto é, enquanto o Banco Central expande a massa monetária, o sector público actua no sentido contrário. Ainda porque o endividamento público feito nos moldes actuais encarecem o capital e tornam o acesso a meios de financiamento mais difíceis para a pequena e média empresa, e transformam o sector

financeiro doméstico num mercado de títulos de dívida, pouco interessado no desenvolvimento da base produtiva.

### 3.1.1.2. Recursos externos do OE

A componente de recursos externos conta com fontes de recursos provenientes de donativos e créditos, e foi registando um comportamento desigual, ao longo deste período, conforme o gráfico abaixo.

**Gráfico 11: Evolução dos Recursos Externos do OE**

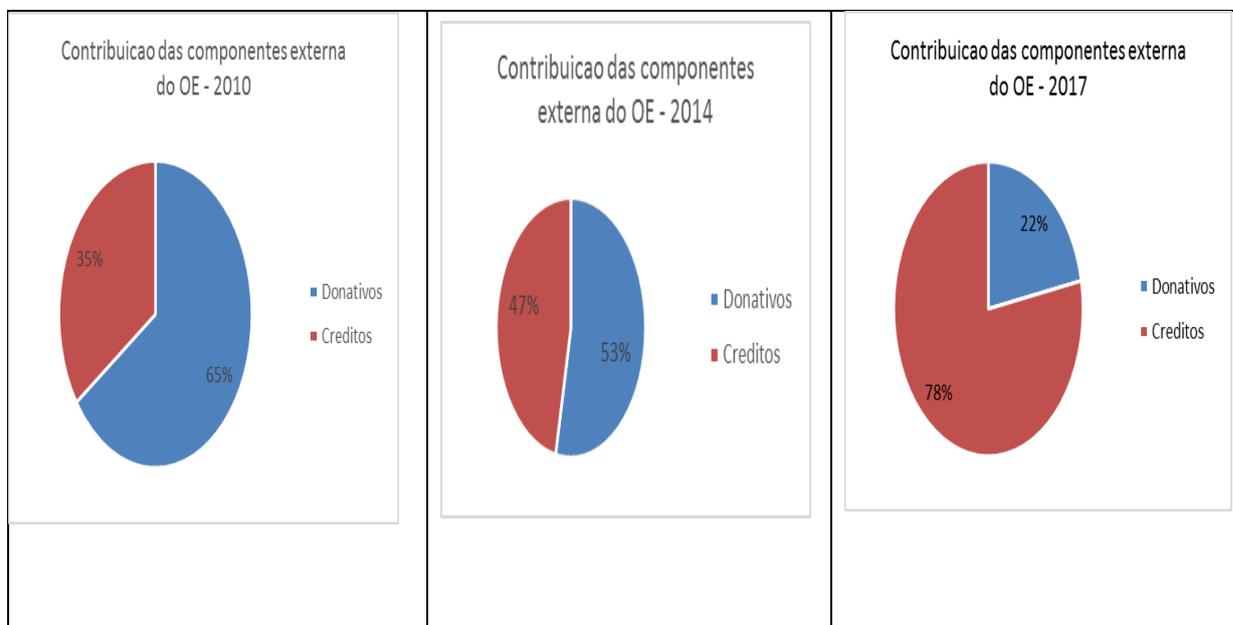


Fonte: MEF- BdPES, REO 2010 a 2017

Contrariamente à componente de recursos internos que mostrou uma tendência crescente contínua, exceptuando o ano de 2015, a componente de recursos externos alocados ao OE apresentou um comportamento oscilatório, com aumentos relativamente reduzidos quando comparado com a componente interna. A quase estagnação da componente de recursos externos deriva do facto de a partir de 2012 os recursos do OE provenientes de Donativos terem seguido uma trajetória decrescente contínua, tendo atingido 4.757,10 milhões de meticais em 2017, comparado com os 25.290,20 milhões de meticais verificados em 2012. No mesmo período, a perda dos recursos provenientes de Donativos foram compensados recorrendo a empréstimos e, em 2015, pela primeira vez os recursos da componente de recursos externos provenientes de

créditos superaram a componente dos donativos, situação que se agravou pela descoberta das dívidas ocultas e a quebra de confiança dos parceiros de cooperação.

**Gráfico 12: Contribuição das componentes ao Recursos Externos**



Fonte: MEF- BdPES, REO 2010 a 2017

Em termos relativos, os recursos do OE provenientes de donativos tem vindo, de forma continuada, a perder o seu peso sobre o total da componente de Ajuda Externa ao OE. Em 2010, os donativos contribuíam em cerca de 65% do total dos recursos externos, tendo decrescido gradualmente para cerca de 53%, em 2014, e 22%, em 2017.

### 3.1.2. Despesas

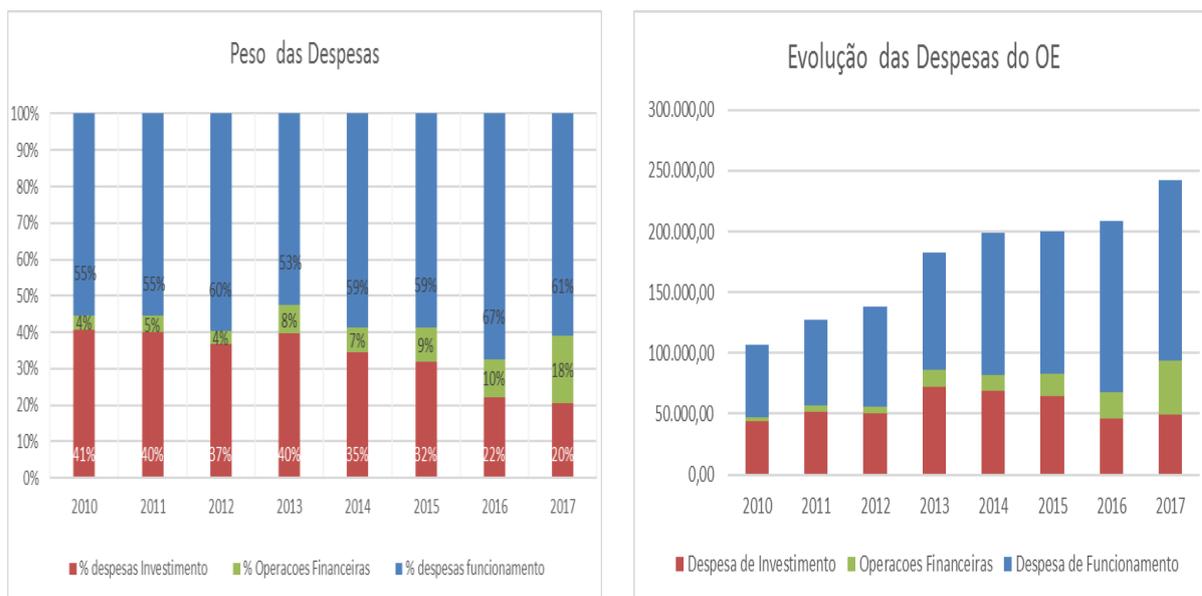
O quadro 2 mostra que as despesas do Estado tem uma composição ao qual o OE deve atender como sejam Despesas de Funcionamento, Despesas de Investimentos, Despesas de Operações Financeiras e Variação de Saldos. Considera-se Variação de Saldos o excedente ou *deficit* entre os recursos e as respectivas despesas do OE, no ano.

**Quadro 2: Composição da Despesa do OE (Valores em milhões mt)**

<b>Orcamento do Estado</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
<b>Total de Recursos</b>	<b>109.819,00</b>	<b>125.932,00</b>	<b>139.837,80</b>	<b>190.563,10</b>	<b>202.184,40</b>	<b>214.702,40</b>	<b>216.611,20</b>	<b>291.232,30</b>
<b>Total de Despesas</b>	<b>107.086,00</b>	<b>127.935,30</b>	<b>137.852,90</b>	<b>182.190,70</b>	<b>211.127,70</b>	<b>219.592,10</b>	<b>215.511,20</b>	<b>291.232,40</b>
Despesa de Funcionamento	59.356,00	70.989,20	82.395,30	95.654,70	116.781,70	117.836,00	140.906,30	147.968,90
Despesa de Investimento	43.681,00	51.011,50	50.478,80	72.300,60	68.738,90	64.077,80	46.365,90	49.482,70
Operacoes Financeiras	4.049,00	5.934,60	4.978,80	14.235,40	13.604,10	18.577,20	21.726,50	44.806,10

Fonte: MEF- BdPES, REO 2010 a 2017

As despesas de funcionamento compõem a maior porção do total das despesas do OE, situando-se em cerca de 55%, em 2010, 59%, em 2014, e 61%, em 2017. Contrariamente, as Despesas de Investimento se situaram em cerca de 41%, em 2010, e foram assistindo uma redução na composicao do OE, caindo para cerca de 35%, em 2014, 20%, em 2017, ficando as despesas de operações financeiras em cerca de 4%, em 2010, seguindo uma linha ascendente que a elevou a cerca de 7% e 18% respectivamente, em 2014 e 2017.

**Gráfico 13: Peso das componentes OF e OI nas despesas do OE**

Fonte: MEF- BdPES, REO 2010 a 2017

De uma forma geral, a execução orçamental do período em análise teve um comportamento alinhado com as dinâmicas macroeconómicas do país. Nos primeiros 5 anos, as despesas públicas tiveram uma tendência crescente contínua, tendo estagnado em 2015 e 2016. Com a retoma do crescimento económico verificado em 2017, as despesas públicas reagiram a tendência.

Com a tendência de alinhamento da execução orçamental à dinâmica macroeconómica, e como ilustrado na secção 3.1.1 referente aos recursos do OE, os mesmos se configuram de acordo com as dinâmicas e tendências macroeconómicas, verificando-se uma tendência decrescente de valores provenientes de donativos, sendo estes gradualmente substituídos por fundos provenientes de créditos internos e externos. Esta mudança de fontes de recursos tem influenciado a aplicação dos mesmos na execução orçamental, e, segundo Castel-Branco (2017), no actual cenário macroeconómico, a alocação orçamental é uma escolha entre priorizar a satisfação dos credores de acordo com as suas expectativas, reproduzindo os padrões actuais de produção e distribuição de rendimento, ou, o aumento da absorção social do excedente, e o alargamento, diversificação e articulação do tecido produtivo e do emprego, transformando o padrão de produção e distribuição do rendimento.

Não é por acaso que a dívida pública tornou-se a segunda maior fonte de investimento na economia. Segundo Castel-Branco (2017), em Moçambique, mais de 60% do crescimento da

dívida pública está ligado ao financiamento de grandes projectos, isto é, o investimento em infraestruturas e em serviços (compra de equipamento de defesa e segurança, e construção de edifícios públicos), em linha com as dinâmicas do investimento privado. O autor refere que estes projectos servem o grande capital que explora os recursos naturais, sem ligação com o desenvolvimento de uma base produtiva mais ampla. No seu artigo, o autor indica que empréstimos relacionados com a Proindicus, a EMATUM e a MAM, ligados ao gás e a defesa costeira, totalizam 2,2 mil milhões de USD; o aeroporto de Nacala, a zona económica especial de Nacala, a terminal de carga do porto da Beira, os projectos de transporte de energia Chimuara-Nacala e a linha de transmissão Caia-Nacala, que totalizam 1,2 mil milhões de USD, estão ligados a exploração e exportação de carvão; a ponte Maputo KaTembe e a circular de Maputo, que totalizam mil milhões de USD, visam melhorar a circulação de viaturas e o descongestionamento da cidade Maputo, que não tem um sistema funcional de transporte público. A maioria destes projectos não enfrenta os principais problemas da economia, como o afunilamento da base produtiva e a incapacidade de substituir importações e de gerar empregos decentes em grande escala, mas alimenta o carácter extractivo da economia, concentrando-a a volta do seu núcleo extractivo (o complexo mineral energético e outras mercadorias primárias para exportação).

No entender de Castel-Branco (2017), as dinâmicas da dívida pública reproduzem e são o resultado das vulnerabilidades da economia. As mesmas limitam as possibilidades de transição para uma base produtiva diversificada e articulada e as possibilidades de intervenção do Estado em sectores sociais fundamentais.

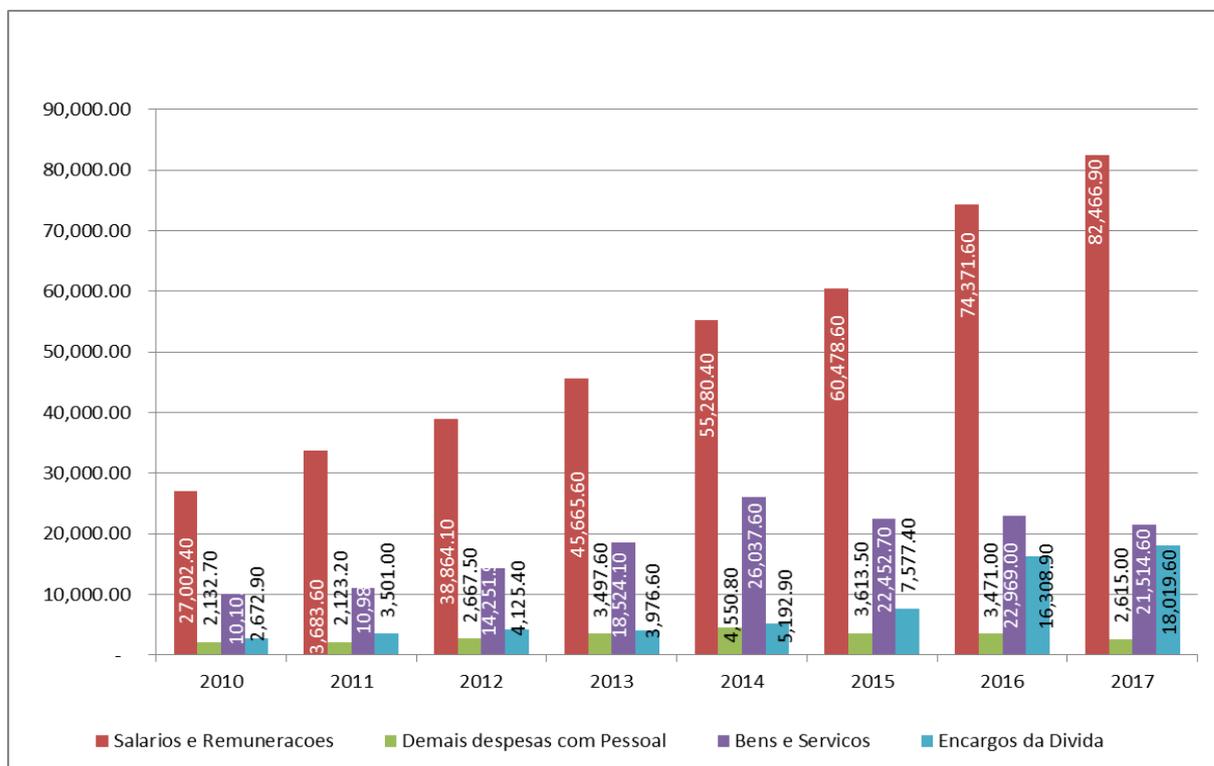
### **3.1.3. Despesas de Funcionamento**

No período em análise, as Despesas de Funcionamento que, em 2010, rondavam em cerca de 59,4 mil milhões de meticais, mostraram uma tendência contínua crescente, em termos nominais ao longo do período, excepto em 2015, ano em que houve um ligeiro decréscimo, tendo atingido cerca de 148 mil milhões de meticais, em 2017. Em termos relativos, esta componente manteve-se flutuando acima de 55% do total das despesas do OE, tendo atingido cerca de 61%, em 2017.

No que se refere à racionalização da despesa pública e a implementação de reformas na área tributária a nível das despesas de funcionamento, abaixo segue um gráfico que ilustra o que

temos vindo a dizer. Onde se pode verificar que a gordura da despesa do Estado incidu nas rubricas de despesas com pessoal, bens e serviços.

**Gráfico 14: Despesas de Funcionamento (Valores em milhões mt)**



Fonte: MEF, REO 2015 A 2017

Pode-se observar dos dados que houve uma redução nas rubricas de Demais despesas com o Pessoal que compõe (viagens, subsídios e ajudas de custo para dentro e fora do país) e Bens e Serviços. Estas medidas, para Castel-Branco (2017), deveriam ter enfoque nos cortes das mordomias dos dirigentes públicos e em algumas despesas correntes do Estado, uma vez que estas representariam medidas populares e simbólicas, que sinalizariam ser o governo sensível e comprometido com as preocupações dos cidadãos. Ainda porque libertaria uma quantidade de recursos para enfrentar a crise a escala da economia. Mas, claramente, esta medida isolada não resolve o problema, no entanto, pode ajudar a credibilizar o governo e a moralizar a sociedade.

As despesas com salários correspondem perto de 40% do total das despesas de funcionamento, o que significa que a margem de ajuste financeiro é grande. Até porque as despesas com o pessoal tenderam a crescer, tal explica-se pelo facto de ter-se admitido novos funcionários no Aparelho do Estado, com destaque para os sectores da Educação e da Saúde e ainda o pagamento de dívidas de horas extraordinárias. Segundo Castel-Branco (2017), o grosso do

peçoal do aparelho do Estado está em serviços públicos essenciais, como saúde, educação e polícia. Cortes significativos neste peçoal teriam impactos relativos a redução de sua cobertura e a deterioração da qualidade do serviço prestado, conduzindo a uma possível crise severa nos serviços públicos. Tal crise teria um impacto negativo na qualidade de vida dos cidadãos, sobretudo, dos grupos sociais de baixo rendimento, que constituem a maioria da população, pois estes são os que mais dependem dos serviços públicos. Além disso, o Estado é o maior empregador e há poucas opções alternativas de emprego. Portanto, outro impacto imediato de cortes drásticos no peçoal do aparelho do Estado seria o desemprego. Combinando o desemprego e a deterioração dos serviços sociais, esta medida conduziria ao aumento significativo da pobreza. Esta é uma questão que preocupa o FMI e os mercados financeiros e é alvo de resistências, tanto da classe dos trabalhadores como do governo, por causa das suas implicações políticas, sociais e económicas.

Em linha com as recomendações dos principais parceiros de cooperação representados pelo FMI, o governo tem feito reengenharias para manter a estabilidade macroeconómica, quer através da correcção dos desequilíbrios fiscais, quer através da racionalização da despesa pública, incluindo as seguintes acções:

- Contenção das rúbricas de bens e serviços com particular enfoque para combustíveis, comunicações e viagens,
- A contenção das rúbricas com Outras Despesas com o Peçoal, com enfoque para ajudas de custo dentro e fora do país;
- Contenção de novas admissões de peçoal para o aparelho do Estado, salvaguardando os sectores de Educação, Saúde e Agricultura, privilegiando a mobilidade dos funcionários do Estado;
- A gestão rigorosa da dívida pública incluindo a sua reestruturação, de modo a assegurar a sustentabilidade; e
- O adiamento de projectos de apoio Institucional Administrativo, projectos de reabilitação e construção de Edifícios Públicos e de novos projectos de investimento ainda não iniciados.

### **3.1.4. Despesas de Investimento**

Castel-Branco (2017), no que toca a esta rúbrica, sugere cortes nos projectos sem impacto na economia real, libertando recursos existentes para opções mais adequadas do ponto de vista económico e social e travando as tendências de endividamento público descontrolado, que significa efectuar cortes drásticos no investimento público (suspensão ou, mesmo, cancelamento de projectos). Tais cortes poderão ter seguintes implicações imediatas:

- Redução da actividade ou paralisação de projectos em curso;
- Cancelamento de projectos aprovados;
- Redução das expectativas e possível fuga de investidores; e,

Contudo, no caso concreto, as Despesas de Investimento situaram-se em cerca de 43,7 mil milhões de meticais, em 2010, apresentando um sentido inverso às Despesas de Funcionamento, tendo decrescido, em termos relativos, de cerca de 41% do total de despesas do OE, em 2010, para cerca de 17%, em 2017, embora tenha se verificado um ligeiro crescimento, em termos nominais, para cerca de 49,5 mil milhões de meticais.

Castel-Branco (2017), sugere ainda possibilidades de desinvestimentos através de privatizações, apesar de reconhecer que as margens para cortes nas despesas sociais e para privatizações são pequenas. Além disso, estes tendem a agravar a pobreza e a desigualdade social, com o risco de causar crises e tensões sociais. Para este autor, é provável que o processo de entrega do que resta das empresas públicas e dos activos fixos do Estado como a terra e os recursos do subsolo ao capital internacional seja acelerado, como forma de conversão de dívida em liquidez para satisfazer as necessidades fiscais do Estado a curto prazo. Estas medidas estão entre as favoritas do FMI, pois também protegem interesses financeiros de curto prazo.

### **3.1.5. Despesas de operações financeiras**

O Decrescimento das Despesas de Investimento no período em análise foi acompanhado com o crescimento das Despesas de Operações financeiras, tanto em termos nominais, como em termos relativos. Sendo assim, as Despesas de Operações Financeiras que se situavam em cerca de 4,0 mil milhões de meticais, em 2010, assistiram a um crescimento galopante para cerca de 44,8 milhões de meticais, em 2017, correspondendo a cerca de 4% e 15% do total das Despesas do OE, em 2010 e em 2017 respectivamente.

Um dos principais debates na actualidade é sobre a sustentabilidade da dívida pública de Moçambique de médio e longo prazo. E, neste caso, a dívida resultou das expectativas futuras sobre a economia. Com o esgotamento da capacidade de endividamento, conjugado com choques económicos sofridos, ocorreu uma retracção de investimentos e desaceleração do crescimento e a consequente crise resultante da dívida.

Para Castel-Branco (2017), o endividamento emerge de vários factores relacionados que fazem parte das dinâmicas macroeconómicas de Moçambique, caracterizada, por um lado, pela perda de oportunidade de captação de receitas fiscais causadas pelos pacotes de incentivos fiscais para o grande capital multinacional e pela dependência de importações da estratégia de investimento. Por outro lado, o investimento público financiado pela dívida concentrou-se essencialmente num pequeno grupo de grandes projectos de infra-estruturas e serviços não justificáveis como prioridades para alargamento e diversificação de oportunidades e capacidades produtivas, económicas e sociais. Castel-Branco (2017), refere-se como exemplos, a este respeito, ao caso dos 950 milhões de euros, financiados pelo Banco Europeu de Investimento, para a compra das acções da Hidroeléctrica de Cahora Bassa, sem impacto positivo no aumento da oferta e da qualidade de energia e na redução do seu preço; os 850 milhões de USD gastos no caso da EMATUM, uma frota para pesca de atum; os 750 milhões de USD da Ponte da Catembe; os mais de 500 milhões de USD gastos na zona económica especial de Nacala e no Parque Industrial de Beluluane, com limitado impacto no desenvolvimento industrial e acesso a energia eléctrica; os 300 milhões de USD da circular de Maputo; os mais de 100 milhões de USD gastos nas infra-estruturas dos Jogos Africanos, uma parte das quais foi posteriormente privatizada a baixo custo e especulada, estando a outra dramaticamente subutilizada; os 100 milhões de USD do aeroporto internacional de Nacala; os 40 milhões de USD da ponte sobre o rio Rovuma, servida por vias de acesso de péssima qualidade; as várias parcerias público-privadas (PPP), como o projecto de digitalização da radiodifusão adjudicado, a Star Times (calculado em 300 milhões de USD), entre outros. Estes projectos de investimento público ou com garantia pública são maioritariamente úteis para o núcleo extractivo da economia e para o grande capital multinacional, mas são ineficazes em promover a diversificação e a articulação da base produtiva, ou a substituir importações efectivamente.

Neste caso, as pressões da crise advindas da dívida sobre o mercado doméstico de capitais, particularmente em um contexto de elevada concentração bancária, uma base produtiva afunilada, o sistema financeiro doméstico expande-se em torno dos serviços em redor do núcleo extractivo da economia, e o capital torna-se escasso e caro para as pequenas e médias empresas,

dificultando não só a sua emergência e desenvolvimento mas, até, a formação de ligações entre estas empresas e os megaprojectos. Assim, embora a renegociação parcial ou total da dívida seja um caminho, reestruturando-a ou transferindo o problema para o futuro, aliviando a pressão de curto e médio prazo sobre o serviço da dívida, pois o capital só será amortizado no fim do período, o acordo de reestruturação torna este empréstimo mais caro. Ainda que se conserve a expectativa de que os rendimentos futuros dos megaprojectos de hidrocarbonetos permitam reembolsar estas dívidas até 2023. Esta renegociação da dívida (cancelamento parcial e reestruturação) só será útil se for para libertar recursos para uma estratégia de diversificação e articulação económica com alargamento da base social de desenvolvimento. Se o seu objectivo for limitado a estabilização fiscal, o risco será o agravamento da dependência externa e consolidação do ciclo e do vício da dívida.

### **3.2. Mecanismo de Monitoria e Avaliação da acção governativa**

O mecanismo de monitoria e avaliação da acção governativa em Moçambique é o Balanço do Plano Económico e Social/OE, preconizado na alínea 1, do art. 35, da lei do Sistema de Administração Financeira do Estado – SISTAFE, o qual define que o Governo deve prestar informação sobre a execução do Plano Económico e Social (PES) e do respectivo Orçamento do Estado (OE), à Assembleia da República, até 45 dias após o término de cada exercício económico.

Os instrumentos-base para a elaboração do BdPES/OE são o PQG e respectiva matriz de indicadores; PES/OE do ano em análise, sendo que o balanço reporta a implementação do PES e OE aprovado para o respectivo nível de governação e o PES/OE que é o instrumento que operacionaliza o PQG.

Para permitir um melhor acompanhamento e eficácia das actividades que estão sendo realizadas para reestruturar o ambiente económico, o governo tem estado a introduzir melhorias para elevar a qualidade do mecanismo de planificação, monitoria e avaliação das acções realizadas por este. É assim que desde 2012 se realizaram acções para o melhoramento do sistema de monitoria e avaliação, que, segundo MEF, são feitas através de análises documentais, inquéritos, entrevistas, debates e consulta das boas práticas internacionais, Seminário Nacional de consulta para Avaliação de Capacidades de M&A e Formulação das disposições de Política da qual culminou com a elaboração de uma Proposta do Subsistema de M&A, a qual foi analisada no fórum de planificação e aprovado pelo Conselho de Ministros em Junho 2017.

O relatório da avaliação das capacidades identificou algumas lacunas, dentre outras:

- Falta de alinhamento entre os instrumentos de planificação em termos de objectivos, estratégias, programas, indicadores, metas e horizonte temporal;
- Elevado número de indicadores por monitorar;
- Insuficiente capacidade, habilidade e cultura para as funções de Monitoria e Avaliação ao nível nacional;
- Falta de clara segregação de funções entre a Planificação e a M&A a nível sectorial, provincial, distrital e municipal;
- Fraca produção e utilização da informação de M&A para retroalimentar a planificação; e
- Fraca qualidade de dados estatísticos (Metodologias de recolha e análise de dados, falta de validação da informação auto-reportada e o duplo fluxo de informações territorial e sectorial.

Para a melhoria da coordenação das actividades de Monitoria e Avaliação ao nível central, provincial e distrital o governo tem:

- Priorizando a constituição de brigadas conjuntas envolvendo os sectores relevantes;
- Foram elaborados e aprimorados Guiões, Directrizes Modelos e ferramentas para M&A;
- Realização contínua de acções de formação e capacitação a todos os níveis em matéria de M&A; bem como,
- Elaboração de notas técnicas dos principais indicadores dos instrumentos de planificação (PQG, PES)

Igualmente, estão sendo realizadas:

- Acções para conclusão do processo de aquisição e instalação de equipamento para a Base de Dados baseada na Web e desenvolver acções de formação dos técnicos utilizadores da ferramenta a nível central e provincial;

- Estabelecimento de unidades de Monitoria e Avaliação nas instituições do Estado ou afectação de pessoal técnico para estas funções a nível provincial e distrital;
- Influenciar as instituições de ensino superior (universidades) para incluir nos seus currículos e programas de formação nos cursos de M&A; e
- Elaboração de Planos rolantes (trienais e quinquenais) para avaliação de Políticas, Programas e Projectos e prever recursos para o financiamento das avaliações.

### **3.3. Paradigma da Ajuda Externa ao OE**

#### **3.3.1. Aplicando as teorias da dependência**

A crise advinda das dívidas ocultas que vieram a conhecimento e a subsequente suspensão da Ajuda Externa ao OE, assim como as acções que o governo está a empreender para retomar a confiança dos parceiros de cooperação, põe a claro a relação de dependência que o país mantém com àqueles, fazendo-se necessário a revisitação deste problema à luz da Teoria da Dependência.

O cerne da Teoria da Dependência, como já se fez referência, é que os países "atrasados" surgem da relação do capitalismo mundial de dependência entre países "centrais" e países "periféricos." Os países "centrais" são identificados como os que são o centro da economia, onde os fluxos financeiros fluem com maior intensidade. Já os países "periféricos" são aqueles onde fluxos financeiros fluem com menos facilidade e cresce a relação com os centrais gradativamente. Assim como a ideia de que é possível atingir o desenvolvimento económico, sem romper com o mundo externo (Cardoso & Faletto, 1979). Embora não seja possível afirmar ter havido uma diminuição gradual das relações de dependência, uma vez que o país está a sofrer pressões para se reajustar e encontrar o caminho do desenvolvimento, sendo claramente a abordagem da vertente weberiana a que melhor se conforma ao escopo do presente trabalho.

#### **3.3.2. A manutenção da relação da Ajuda Externa**

Da análise realizada sobre a componente de ajuda externa ao OE, verifica-se que apesar dos recursos ao OE proveniente de donativos tenha decrescido significativamente, os mesmos não foram retirados na totalidade e o governo continua a beneficiar-se de ajuda ao OE através daqueles, é verdade em proporções menores relativamente ao que tradicionalmente era habitual. Embora tenha ocorrido um claro decréscimo da Ajuda Externa ao OE, no entanto, os dados

indicam que o país ainda continua a recorrer àquela para a obtenção de recursos para cobrir o défice do OE, em forma de crédito, compensando as perdas derivadas da redução dos donativos.

Outro sim, apesar do abrandamento da Ajuda Externa ao OE, se tem verificado uma contínua pressão dos parceiros de cooperação no sentido de se esclarecerem as razões da crise e a responsabilização dos seus agentes. Não é por acaso que, em outra mão, o governo vem desenvolvendo acções para manter a estabilidade macroeconómica através da correcção dos desequilíbrios fiscais, racionalizando a despesa pública e a implementando reformas na área tributária, alicerçadas no alargamento da base tributária através da diversificação das fontes de captação de receita e intensificação das acções de auditoria e fiscalização às empresas, com maior enfoque para os megaprojectos, na linha das recomendações dadas por instituições representantes dos parceiros de cooperação.

O cenário acima descrito denota o interesse em manter as relações de parceria e ajuda ao OE, o que simboliza haver um reconhecimento da importância da Ajuda Externa para o desenvolvimento económico de Moçambique. Após a profunda derrapagem da economia em 2016 (3.30%), em 2017, o PIB mostrou uma recuperação para cerca de 4.20%, o metical apreciou em cerca de 59,7 MZM/USD e a inflação abrandou para 5.65% depois de ter atingido o máximo de 25.27%, em 2016. Esta recuperação da economia moçambicana, acompanhada por uma robusta melhoria no cenário fiscal com o aumento das receitas do estado em cerca de 29%, em 2017, aportaram a possibilidade de diminuição gradual das relações de dependência. Ainda porque, ao longo deste período, os sinais foram mais significativos, embora não tivessem apenas por si resolvido o problema da dependência, daí ser necessário buscar e analisar os melhores cenários, mecanismos e estratégia de articulação dos principais componentes económicos que possam viabilizar o desenvolvimento nacional autónomo baseado na participação de grupos domésticos.

### **3.3.3. O carácter nacional e participação de grupos domésticos na actividade Económica**

Como ponto de partida para a análise sobre a importância e o papel da participação de grupos domésticos importa recordar que, tal como referido no capítulo II, entre no período entre 2010 e 2014 a performance macroeconómica de Moçambique foi significativamente influenciada pelas actividades de prospecção de gás natural na bacia do Rovuma e grandes investimentos em infra-estruturas. Em 2015 observou-se um início de queda do PIB, num cenário caracterizado por queda acentuada dos preços das principais *commodities* no mercado

internacional, conclusão da fase de actividade de prospecção do gás natural na bacia do Rovuma e consequente queda de investimentos directos estrangeiros, bem como a paralisação das actividades de exploração de carvão mineral de Moatize, como consequência da conjuntura desfavorável no mercado internacional. Neste mesmo período, Moçambique assistiu um reinício de conflito político militar que condicionou a circulação de pessoas e bens. Foi também afectado por condições climáticas que afectaram negativamente a actividade agrícola do país e em 2016 houve igualmente o abrandamento do apoio externo ao Orçamento do Estado. Consequentemente, em 2016 a economia assistiu uma profunda queda dos principais indicadores macroeconómicos, nomeadamente, uma queda vertiginosa do PIB em cerca de 7% entre 2010 e 2015 para cerca de 3% em 2016, uma depreciação profunda do metical passando de 31,6 meticais o dólar americano, tendo atingido um máximo de acima de 80 meticais o dólar americano em 2016, a inflação situou-se em cerca de 25,22% em Dezembro de 2016 e as Reservas Internacional Liquidadas sofreram um desgaste para cerca de 1,7 bilhões de dólares americanos, em Dezembro de 2016, contra cerca de 2,9 bilhões de dólares verificados em 2014.

Nesse sentido, a análise da participação e o papel dos grupos domésticos para o alcance do desenvolvimento nacional autónomo de Moçambique, tal como postulado por Cardoso & Faletto (1979), pode ser feita tomando como base a realidade macroeconómica acima descrita. A referida realidade macroeconómica de Moçambique, apesar de desafiadora e de ainda prevalecerem riscos macroeconómicos consideráveis, o ambiente macroeconómico, na situação de Ajuda Externa ao orçamento reduzida, exige que o governo encontre mecanismos melhores para explorar as potencialidades e melhorar o cenário fiscal e o desequilíbrio orçamental com base em recursos internos. Embora, do ponto de vista orçamental, as receitas internas tenham correspondido cerca de 62%, em 2010, passando para cerca de 71% e 81% respectivamente, em 2014 e 2017, tal não representou um ganho efectivo, devido a pressão interna que isso acarretou. Sem deixar de lado a reengenharia feita pelo governo para aumentar a base tributaria, cobrar as mais-valias, controlar os pagamentos de IRPS e dos contratos de arrendamentos e acções contínuas de educação, formação, sensibilização e divulgação da legislação fiscal.

2017, ao assinalar o início de retoma moderada do crescimento económico, condicionado pela retoma do crescimento da economia mundial e o aumento dos preços das principais *commodities*, no mercado internacional, tendência de aumento das exportações, e o acordo de cessação de hostilidades político militar, permitiu que o Banco Mundial (2017), previsse que o abrandamento do desempenho económico de Moçambique pudesse ser persistente e levar à transição da economia, antes considerada de crescimento rápido, para um ritmo de crescimento

mais modesto. Essa redução no crescimento é esperada, a médio prazo, apesar dos aumentos substanciais das exportações de carvão e alumínio (os principais bens de exportação de Moçambique). Tais exportações não são suficientes para evitar a retracção das pequenas e médias empresas e o seu crescimento e capacidade de gerar empregos, constituindo um entrave do esforço para o alargamento da base tributária. Este cenário, a médio prazo, tenderá a limitar a capacidade de geração de recursos para o OE através da captação de receitas internas, mesmo considerando a implementação de melhorias na organização da máquina administrativa e no controlo e cobrança fiscal.

#### 4. CONCLUSÃO

Este estudo procurou compreender os cenários da Ajuda Externa ao OE e as suas mudanças em Moçambique. Também analisou as mudanças/medidas que ocorreram e as soluções encontradas pelo Estado Moçambicano, diante do (s) novo (s) cenário (s) da Ajuda Externa ao OE e o significado do seu papel para o desenvolvimento moçambicano, assim como o mecanismo de monitoria e avaliação ao OE, em Moçambique.

A presente pesquisa é relevante, uma vez que se atem as relações de cooperação como elemento (re)configurador do desenvolvimento socioeconómico, permitindo reflectir sobre a actual conjuntura macroeconómica país. O tema é actual porque o país, ainda que apresente sinais animadores de crescimento económico, vive no arrasto da crise e das dívidas ocultas. Daí este trabalho contribuir para o entendimento das relações de cooperação económica e social em Moçambique, bem como os seus efeitos. Alargando a reflexão à áreas que se referem a implementação de projectos com financiamento externo de forma a potenciar e dinamizar a economia e o crescimento ou desenvolvimento do país, tendo em conta as restrições da ajuda externa.

De acordo com os objetivos do trabalho, a pesquisa concluiu que o paradigma da Ajuda Externa ao OE em Moçambique (2010 – 2017), tem o ano de 2015 como o divisor de águas, devido ao facto de ter vindo a conhecimento público o problema da dívidas ocultas e a subsequente quebra de confiança dos parceiros de cooperação, que culminou com a suspensão e abrandamento da Ajuda Externa. Assim, abrindo uma nova etapa de cooperação. E, embora se tenha verificado um abrandamento de recursos ao OE em forma de donativos, os mesmos não foram suspensos na totalidade e o governo continuou a beneficiar da Ajuda Externa ao OE através daqueles, em proporções menores. O que levou a que se recorresse ao crédito como de por cobro o défice orçamental, compensando as perdas derivadas da redução dos donativos.

As acções empreendidas na tentativa de fazer face às dificuldades nascidas com o abrandamento da Ajuda Externa ao OE, levaram o Estado a melhor organizar a sua máquina administrativa de controlo e cobrança fiscal (dando maior importância na participação dos grupos domésticos), permitindo aumentar os recursos para o OE. Sofrendo igualmente o Estado pressões externas no sentido de esclarecer as razões das dívidas ocultas e de responsabilizar os seus agentes.

Os jogos de pressão e de resistência sinalizam o interesse mútuo em manter as relações de parceira e cooperacao, até todo este período deixou a claro a importância que tem a Ajuda Externa ao OE e no desenvolvimento socioeconómico.

A metodologia qualitativa e a triangulação de dados permitiu que a investigação operasse uma colecta e abordagem exaustiva da problemática, daí que formular e confirmar as hipóteses foi um passo, o que se verificou que as dinâmicas que levaram à mudança de paradigma da Ajuda Externa ao Orçamento do Estado foram: i) conhecimento público sobre a primeira dívida pública externa oculta em 2014, ii) a multiplicação dos casos de dívidas ocultas em 2015, bem como a incapacidade de pagamento da mesma e iii) a gestão pública pouco transparente.

## 5. BIBLIOGRAFIA

ACS & Kula. (2008). Sumário de Estudo de base: A Monitoria da Governação em Moçambique. Maputo: MASC.

Arndt et. al. (2006). *Aid and Development: The Mozambican Case*. Maputo: Ministry of Planing and Development.

AFFONSO, Luiza Bizzo. (2016). A Ajuda Externa sob a Perspectiva da Teoria da Dependência – o Caso de Moçambique. Disponível em <[http:// www.dialogointernacionais.com.br/2016/04/a-ajuda-externa-sob-perspectiva-da.html](http://www.dialogointernacionais.com.br/2016/04/a-ajuda-externa-sob-perspectiva-da.html)

BAMBIRA, Vania. (1971). *Material de Forma'cao Política da Catedral de Che Guevara*. Mexico. Colectivo AMAUTA

BOBBIO, Norberto. (2007). *Estado, Governo, Sociedade, para uma Teoria Geral da Política*, 14ª Edição. São Paulo. Editora PAZ E TERRA S/A. <[http://www.ufjf.br/virgilio\\_oliveira/files/2014/10/Texto-21-Bobbio-2007.pdf](http://www.ufjf.br/virgilio_oliveira/files/2014/10/Texto-21-Bobbio-2007.pdf)

BANCO DE MOÇAMBIQUE. (2012). *Os Desafios da Política Monetária no Contexto da Exploração de Recursos Naturais: O Caso de Moçambique*. Maputo: BM.

BANCO DE MOÇAMBIQUE. (2010). *Relatório Anual*. Maputo: BM.

BANCO DE MOÇAMBIQUE. (2011). *Relatório Anual*. Maputo: BM.

BANCO DE MOÇAMBIQUE. (2012). *Relatório Anual*. Maputo: BM.

BANCO DE MOÇAMBIQUE. (2013). *Relatório Anual*. Maputo: BM.

BANCO DE MOÇAMBIQUE. (2014). *Relatório Anual*. Maputo: BM.

BANCO DE MOÇAMBIQUE. (2015). *Relatório Anual*. Maputo: BM.

BANCO DE MOÇAMBIQUE. (2016). *Relatório Anual*. Maputo: BM.

BANCO DE MOÇAMBIQUE. (2017). *Relatório Anual*. Maputo: BM.

CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. (1979). *Dependency and Development in Latin America*. Berkeley: University of California Press.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. (2008). *Os Mega Projectos em Moçambique: Que Contributo para a Economia Nacional?* Maputo: IESE.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. (2017). *Dívida Pública, Sistema Financeiro e Mobilização de Recursos*. Maputo: IESE.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. (2010). *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*. Maputo: IESE.

CENTRO DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTO. (2016). *Leis e Regulamentos Relacionados com Investimento Directo Estrangeiro em Moçambique*. Maputo: CPI.

COMITÉ DE CONSELHEIROS DA AGENDA 2025. (2003). *Visão e Estratégias da Nação*. Maputo: COMITÉ DE CONSELHEIROS DA AGENDA 2025.

COUTINHO, Clara. (2006). *Aspectos Metodológicos da Investigação em Tecnologia Educativa em Portugal (1985 – 2000)*. Minho: Universidade do Minho. Disponível em <https://repositorium.sdum.minho.pt/bitstream/1822/6497/1/Clara%20Coutinho%2520AFIRSE%25202006.pdf>

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista & GRACIOLLI, Edílson José. (s/d). *A Teoria da Dependência: Interpretações sobre o (Sub)Desenvolvimento na América Latina*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em [http://www.unicamp.br/cemarx/anais\\_v\\_coloquio\\_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/Pedro\\_Duarte.pdf](http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/Pedro_Duarte.pdf)

FRANK, André Gunder. (1980). *Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento: Repensando a Teoria da Dependência*. São Paulo: Brasiliense.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL Relatório Nacional do FMI n.º 13/1, 3 de Janeiro de 2013.

FILHO, Niemeyer Almeida. (s/a pag. 3). *O Debate Actual Sobre a Dependência*. Brail. FAPESE

[http://www.fapese.org.br/cursos/agn\\_arquivos/dean/O\\_DEBATE\\_ATUAL SOBRE A DEPENDENCIA.pdf](http://www.fapese.org.br/cursos/agn_arquivos/dean/O_DEBATE_ATUAL SOBRE A DEPENDENCIA.pdf)

GIL, António Carlos. (2002). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo: Atlas.

GRUPO MOÇAMBICANO DE DÍVIDA. (2015). *Relatório*. Maputo: GMD.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. (2012). *Índices de Preços do Consumidor*. Maputo: INE.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. (2013). *Índices de Preços do Consumidor*. Maputo: INE.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. (2014). *Índices de Preços do Consumidor*. Maputo: INE.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. (2015). *Índices de Preços do Consumidor*. Maputo: INE.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. (2016). *Índices de Preços do Consumidor*. Maputo: INE.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. (2017). *Índices de Preços do Consumidor*. Maputo: INE.

IPAM. (2008). *Moçambique: Uma Análise Independente da Apropriação e Prestação de Contas no Sistema de Ajuda ao Desenvolvimento*. Maputo: IPAM.

LAKATOS, Eva Maria. (1979). *O trabalho temporário: nova forma de relações sociais*. //2 v. Tese (Livre-docência em Sociologia)//São Paulo. ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO.

MANDLATE, Oksana. (2017). “Bolha Económica em Moçambique - Entre Razões Estruturais e Conjunturais”. In *V Conferência Internacional do IESE*. Maputo: IESE.

MARINI, Rui Mauro. (2000). “Dialética da Dependência”. In *Dialética da Dependência*. Petropolis: Vozes.

MAPISSE, Inocência. (2016). *Dependência Externa: Dinâmicas e Impacto no Desenvolvimento Económico de Moçambique*. Maputo: UEM.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS. (2012). *Plano Económico e Social para 2012*. Maputo: MEF.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS. (2013). *Plano Económico e Social para 2013*. Maputo: MEF.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS. (2014). *Plano Económico e Social para 2014*. Maputo: MEF.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS. (2015). *Plano Económico e Social para 2015*. Maputo: MEF.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS. (2016). *Plano Económico e Social para 2016*. Maputo: MEF.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS. (2017). *Plano Económico e Social para 2017*. Maputo: MEF.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS. (2012). *Balanço do Plano Económico e Social para 2012*. Maputo: MEF.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS. (2013). *Balanço do Plano Económico e Social para 2013*. Maputo: MEF.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS. (2014). *Balanço do Plano Económico e Social para 2014*. Maputo: MEF.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS. (2015). *Balanço do Plano Económico e Social para 2015*. Maputo: MEF.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS. (2016). *Balanço do Plano Económico e Social para 2016*. Maputo: MEF.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS. (2017). *Balanço do Plano Económico e Social para 2017*. Maputo: MEF.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS. (2012). *Relatório de Execução do Orçamento do Estado*. Maputo: MEF.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS. (2013). *Relatório de Execução do Orçamento do Estado*. Maputo: MEF.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS. (2014). *Relatório de Execução do Orçamento do Estado*. Maputo: MEF.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS. (2015). *Relatório de Execução do Orçamento do Estado*. Maputo: MEF.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS. (2016). *Relatório de Execução do Orçamento do Estado*. Maputo: MEF.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS. (2017). *Relatório de Execução do Orçamento do Estado*. Maputo: MEF.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS. (2013). *Política Nacional de Monitoria e Avaliação*. Maputo: MEF.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS. (2014). *Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015 – 2035)*. Maputo: MEF.

MINISTÉRIO DA PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. (2013). *Coordenação e Eficácia da Ajuda em Moçambique*. Maputo: MPD.

MONTEIRO, L. (1997). *A África na Política da Cooperação*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

NIPASSA, Orlando. (2009). “Ajuda Externa e Desenvolvimento em Moçambique: Uma Perspectiva Crítica”. In *II Conferência do IESE, Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação em Moçambique*. Maputo: IESE. Disponível em <[http://www.iese.ac.mz/lib/publication/II\\_conf/CP36\\_2009\\_Nipassa.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/publication/II_conf/CP36_2009_Nipassa.pdf)>. Acesso em 08 de jul. de 2013.

SANTOS, Theotônio dos. (2000). *A Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SEVERINO, António Joaquim. (2000). *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez.

#### **Sites:**

Disponível em: <http://www.ine.gov.mz>,

Disponível em: <http://www.imf.org/external/country/moz/index.htm>

Disponível em: <http://www.mef.gov.mz/web/guest;jsessionid>

Disponível em: <http://www.minec.gov.mz/index.php/politica-externa/parcerias-de-cooperacao>  
acesso em 27.09.2018

Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/d%C3%ADvida-p%C3%BAblica-pode-levar-mo%C3%A7ambique-%C3%A0-fal%C3%AAncia/a-19219181> acesso em 28.09.2018

Disponível em: <https://noticias.sapo.mz/actualidade/artigos/grupo-de-doadores-internacionais-reduzido-a-14-assina-novo-acordo-com-mocambique> acesso em 28.09.2018

Disponível em: [http://macua.blogs.com/moambique\\_para\\_todos/2017/04/n%C3%A3o-foram-apuradas-mais-valias-na-venda-de-activos-da-vale-em-mo%C3%A7ambique-ao-grupo-mitsui.html](http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2017/04/n%C3%A3o-foram-apuradas-mais-valias-na-venda-de-activos-da-vale-em-mo%C3%A7ambique-ao-grupo-mitsui.html) acesso em 30.09.18

Disponível em: <http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/63777-governo-vai-apertar-ainda-mais-cobranca-de-impostos-ao-sector-privado-deixando-de-lado-megaprojectos-que-nao-pagam-iva> publicado aos 23 de Outubro 2017. acesso em 30.09.18 no  
Jornal a Verdade

Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-crise-financeira-com-impacto-direto-no-fisco/a-39280209> publicado aos 16.06.1017 acesso em 30.09.18

Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/10/parte-i-divida-publica.pdf>  
acesso em 30.09.18